

Makário Luiz Orozimbo Júnior

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO MITIGAÇÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO: UM ESTUDO DE CASO
COM SERVIDORES PÚBLICOS**

APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

2021

MAKÁRIO LUIZ OROZIMBO JÚNIOR

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO MITIGAÇÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO:
UM ESTUDO DE CASO COM SERVIDORES PÚBLICOS**

APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Makário Luiz Orozimbo Júnior

3. Título do trabalho

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO MITIGAÇÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO: UM ESTUDO DE CASO COM SERVIDORES PÚBLICOS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Solon Bevilacqua, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 11/05/2021, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAKÁRIO LUIZ OROZIMBO JÚNIOR, Discente**, em 12/05/2021, às 07:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2059960** e o código CRC **60EDC419**.

MAKÁRIO LUIZ OROZIMBO JÚNIOR

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO MITIGAÇÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO:
UM ESTUDO DE CASO COM SERVIDORES PÚBLICOS**

Linha de Pesquisa

Políticas Públicas: Formulação e Gestão

Orientador

Prof. Dr. Sólon Bevilacqua

Dissertação de Mestrado apresentada à banca do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública - PROFIAP da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública.

APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Orozimbo Júnior, Makário Luiz
A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO MITIGAÇÃO DO
SUPERENDIVIDAMENTO: UM ESTUDO DE CASO COM
SERVIDORES PÚBLICOS [manuscrito] / Makário Luiz Orozimbo
Júnior. - 2021.
LXIX, 69 f.

Orientador: Prof. Dr. Sólon Bevilacqua.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Campus
Aparecida de Goiânia, Programa de Pós-Graduação em Administração
Pública em Rede Nacional, Goiânia, 2021.
Bibliografia. Apêndice.
Inclui lista de figuras, lista de tabelas.

1. Educação Financeira. 2. Endividamento. 3. Comportamento de
Risco. I. Bevilacqua, Sólon, orient. II. Título.

CDU 005



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 01 da sessão de Defesa de Dissertação de **Makário Luiz Orozimbo Júnior**, que confere o título de Mestre em **Administração Pública**, na área de concentração em **Políticas Públicas: Formulação e Gestão**.

Aos **seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um**, a partir das **14:00hs**, em **sala Virtual**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO MITIGAÇÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO: UM ESTUDO DE CASO COM SERVIDORES PÚBLICOS”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Solon Bevilacqua (Profiap-UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Paulo Henrique de Lima Siqueira (Profiap-UFSJ)**, membro titular interno; Professora Doutora **Tatiana Gondim do Amaral (Profiap-UFG)**, membro titular interno e Professor Doutor **Júlio Cesar Valandro Soares (FCT-UFG)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Solon Bevilacqua**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao **seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Solon Bevilacqua**, **Coordenadora de Pós-Graduação**, em 11/05/2021, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Júlio Cesar Valandro Soares**, **Diretor**, em 11/05/2021, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Lima Siqueira**, **Usuário Externo**, em 12/05/2021, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Gondim Do Amaral**, **Professor do Magistério Superior**, em 12/05/2021, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2059752 e o código CRC 30D86E9C.

RESUMO

O endividamento das famílias vem crescendo nos últimos anos e esta questão se agrava ainda mais quando são analisados os dados sobre a capacidade de pagamento das dívidas deste núcleo. Os servidores, público-alvo da pesquisa e por possuírem características específicas em seu regime de trabalho, como a estabilidade, enfrentam desafios relevantes em manter uma vida financeira saudável. Nesta pesquisa, investiga-se as dimensões que determinam a mitigação do superendividamento e através da análise de dados torna-se possível apontar a educação financeira como solução para reduzir os danos da falta de controle e planejamento de recursos. Uma amostra de 258 participantes foram entrevistados e informações obtidas através da análise fatorial evidenciaram que o costume de comparar opções de crédito é fator preponderante para o sucesso do equilíbrio financeiro. Os achados são originais, visto que coloca em segundo plano evidências consagradas como o autocontrole para o sucesso das finanças pessoais. A técnica de Regressão Logística indicou robustez do modelo que pode ser utilizado para predições no âmbito da Educação Financeira. Contribuições teóricas e práticas foram registradas quando um questionário com 54 questões é validado para problemáticas de endividamento e educação financeira.

Palavras-chave: Educação Financeira; Endividamento; Comportamento de Risco

ABSTRACT

The indebtedness of families has been growing in recent years and this issue worsens even more when data on the ability to pay debts of this core are analyzed. The servers, the target audience of the research and because they have specific characteristics in their work regime, such as stability, face relevant challenges in maintaining a healthy financial life. In this research, we investigate the dimensions that determine the mitigation of over-indebtedness and through data analysis it is possible to point out financial education as a solution to reduce the damage of lack of control and resource planning. A sample of 258 participants were interviewed and information obtained through factor analysis showed that the custom of comparing credit options is a major factor for the success of the financial balance. The findings are original, since it puts in the background established evidence as self-control for the success of personal finances. The Logistic Regression technique indicated robustness of the model that can be used for predictions in the context of Financial Education. Theoretical and practical contributions were recorded when a questionnaire with 54 questions is validated for debt and financial education issues.

Keywords: Financial Education; Indebtedness; Risk Behavior

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
3. METODOLOGIA.....	32
3.1. Amostra e coleta de dados.....	32
3.2. Procedimentos Específicos	33
3.3. Técnica de Análise.....	34
3.3.1. Técnica exploratória (AFE).....	34
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	36
4.1. Perfil da amostra	36
4.2. Análise Fatorial Exploratória	48
4.2.1. Testes esfericidade de Bartlett e teste Kaiser-Meyer-Olkin	49
4.2.2. Resultado do modelo fatorial	49
4.3. Teste de hipóteses.....	52
4.4. Definição da variável binária	52
5. CONCLUSÕES.....	57
6. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	59
6.1. Plano de ação	59
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
APÊNDICES.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Referências para a construção da metodologia	18
Tabela 2 - Perfil dos respondentes através das variáveis: gênero, estado civil, religião, raça/etnia, dependentes e filhos	37
Tabela 3 - Estatística descritiva da escala de Educação Financeira	41
Tabela 4 - Estatística descritiva da escala de Percepção de Risco	43
Tabela 5 - Estatística descritiva da escala de Comportamento de Risco	44
Tabela 6 - Estatística descritiva da escala de Emoções	45
Tabela 7 - Estatística descritiva da escala de Materialismo	46
Tabela 8 - Estatística descritiva da escala de Endividamento	47
Tabela 9 - Estatística descritiva da escala de Valores do Dinheiro	48
Tabela 10 – Resultado do teste de KMO e esfericidade de Bartlett’s	49
Tabela 11 – Orientações para identificação de cargas fatoriais	50
Tabela 12 – Agrupamento das variáveis em fatores	50
Tabela 13 - Variáveis selecionadas para a Regressão Logística	53
Tabela 14 - Classificação Inicial dos Dados	54
Tabela 15 - Estatística Wald para a constante do modelo de regressão	55
Tabela 16 - Resumo do modelo de regressão	55
Tabela 17 - Teste de Hosmer e Lemeshow	55
Tabela 18 - Tabela de contingência para o teste de Hosmer e Lemeshow	56
Tabela 19 - Classificação final dos casos	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Grupo de carreiras públicas dos respondentes	38
Gráfico 2 - Grau de escolaridade dos respondentes	39
Gráfico 3 - Relação ganho x gastos dos respondentes.....	40
Gráfico 4 - Dependência de crédito para pagar os gastos da vida cotidiana	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Hipóteses de pesquisa.....	18
Figura 2 - PEIC (% do total de famílias): Jan/11 a Jan/20.....	22
Figura 3 - ICF: Jan/11 a Jan/20.....	23
Figura 4 - Crédito consignado setor público x privado (R\$ milhões)	25
Figura 5 - Transações em canais digitais x Cartões de crédito e débito	29
Figura 6 - Lucro líquido do setor bancário (R\$ bilhões).....	29
Figura 7 - Temáticas da pesquisa bibliográfica	33
Figura 8 - Diagrama de Caminhos	35
Figura 9 - Fluxo do processo da Proposta de intervenção	62

1. INTRODUÇÃO

O aumento da oferta e do uso do crédito possibilitou uma melhora na qualidade de vida dos cidadãos em geral, o que também é positivo para a economia. Entretanto, não houve qualquer orientação básica com o objetivo de ensinar os indivíduos a conduzir o próprio planejamento financeiro, levando então ao endividamento uma grande parcela da população (GANS et al., 2016). Existem ocasiões em que o endividamento, desde que controlado, pode trazer benefícios para o indivíduo, melhorando a sua qualidade de vida. A aquisição de bens duráveis para o atendimento de necessidades básicas, como uma geladeira, fogão ou um veículo como meio de transporte são exemplos nos quais o endividamento controlado pode ser benéfico (ACORDI, 2019). Nesse contexto, cria-se um impasse de difícil conciliação entre consumo e endividamento. Uma das principais características de nossa sociedade é a sua base mercantilista, na qual todo indivíduo em algum ponto de sua vida é consumidor de mercadorias e serviços. Para isso, múltiplas modalidades de compra a prazo surgem a fim de fomentar o processo tanto de consumo quanto endividamento. Contudo, essa mesma expansão não ocorreu com a educação financeira (REIS et al., 2019).

O nível de endividamento dos núcleos familiares vem crescendo nos últimos anos e o problema é evidenciado quando analisamos os números de capacidade de pagamento. Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) apontam que houve um crescimento no número de famílias que não serão capazes de pagar as contas em atraso, sendo que nos últimos 5 anos houve um aumento de 6,67% no total daquelas que não irão conseguir arcar com as próprias dívidas. Ademais, no mesmo período, foi registrado um aumento de 25,38% no índice da CNC que mede a intenção de consumo das famílias. Tais dados apontam para uma possível dissonância entre a capacidade de endividamento e consumo dos brasileiros (CNC, 2020). Dentro desse contexto, cabe ressaltar a precária situação histórica do Brasil no que tange a baixa inserção da população nos conhecimentos sobre educação financeira. Crises políticas e econômicas acarretaram uma cultura não propensa ao planejamento à longo prazo ou ao devido preparo para a aposentadoria. Diversos países de economia desenvolvida já possuem vasta experiência na aplicação de políticas públicas voltadas à alfabetização financeira dos

cidadãos. Dentre os possíveis motivos pelo atraso da preocupação com o desenvolvimento da educação financeira no país, destacam-se as marcantes características que predominaram por muito tempo na economia como as variações monetárias e as altas taxas de inflação. Diante deste cenário, os indivíduos são levados às decisões de curto prazo e à falta de planejamento (VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA, 2011).

A presente pesquisa é centrada em possíveis causas que podem levar os indivíduos e famílias à situação de superendividamento e quais podem ser as consequências tanto para as pessoas quanto para o próprio governo. Objetiva-se neste trabalho investigar a eficácia da educação financeira como um caminho para a mudança de comportamentos que levam os indivíduos ao superendividamento. De forma específica será verificada a relação entre a baixa educação financeira com a propensão ao superendividamento e qual o nível deste conhecimento do público investigado. Assim, serão reunidas as informações necessárias para responder o seguinte problema: **quais fatores podem contribuir com a mitigação do superendividamento?**

Este trabalho se propõe a contribuir com o avanço do conhecimento acerca das variáveis que podem influenciar o fenômeno do superendividamento. De forma específica foram verificadas a relação entre a baixa educação financeira com a propensão ao endividamento, os fatores levam os indivíduos a endividarem-se e as características da população investigada com a temática do controle financeiro. A disposição ao endividamento pode ser influenciado por diversos fatores comportamentais como valores em relação ao dinheiro, consumo e comportamento de risco. Estudos mostram que pessoas que classificam o dinheiro como uma forma de poder e status tendem a manter um alto nível de consumo, o que pode levar ao endividamento. O mesmo ocorre com indivíduos com alto nível de consumismo (FLORES; VIEIRA, 2014). Existem normativos que se fossem adequadamente atendidos pelas instituições fornecedoras de crédito no Brasil atenuariam o problema do superendividamento. A oferta e publicidade dos instrumentos de crédito deveriam demonstrar claramente os riscos e consequências da assunção da dívida, e a avaliação da capacidade de endividamento deveria atender a critérios ainda mais objetivos. É imprescindível a adoção de maiores medidas de proteção ao cidadão superendividado (ROCHA; FREITAS, 2010). Dessa forma, a abordagem utilizada

nesta pesquisa buscou analisar a educação financeira como um instrumento eficaz de proteção às famílias contra os distúrbios materiais e psicológicos causados pelo excesso de dívidas.

No decorrer desta pesquisa serão abordadas questões teóricas sobre endividamento, endividamento do servidor público, finanças comportamentais e educação financeira, que suportarão as 3 hipóteses centradas na dimensão do superendividamento. A metodologia descreve os procedimentos utilizados neste trabalho, realizado com servidores públicos efetivos das esferas municipal, estadual e federal. Os dados obtidos serão analisados com o emprego da Regressão Logística. Por tratar-se de uma pesquisa de mestrado com finalidade profissional, ao final da pesquisa será apresentada uma proposta de intervenção que pode ser aplicada no âmbito de órgãos públicos para a realização de iniciativas de capacitação em educação financeira para servidores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A característica do regime de trabalho dos servidores públicos efetivos, que possibilita uma maior segurança financeira, propicia a aquisição de linhas de crédito facilitadas, fator que atua negativamente no incentivo do comprometimento financeiro dos indivíduos (DA SILVA; NETO; DA CUNHA ARAÚJO, 2017). Entretanto, não é possível concluir que servidores com menores remunerações são mais propensos ao endividamento em relação aos que possuem maiores remunerações. (COLLARES, 2019) Contudo, estudos estrangeiros já demonstraram que a educação financeira da população pode influenciar positivamente na predisposição a poupar e formar riqueza. (BERNHEIM; GARRETT; MAKI, 2001)

A partir do exposto, foram relacionadas as duas primeiras hipóteses da pesquisa:

Hipótese 1: Existe uma relação entre a baixa educação financeira e a propensão ao endividamento.

Hipótese 2: A segurança financeira incrementa a propensão ao endividamento

Estudos recentes apontam para uma relação entre as finanças pessoais e a qualidade de vida (ACORDI, 2019), e que ela pode ser prejudicada nos casos de excesso do comprometimento da renda pessoal (DA SILVA; NETO; DA CUNHA ARAÚJO, 2017). Entretanto, que a implantação de programas institucionais de educação financeira pode contribuir na resolução desta questão. Dessa forma, a terceira e última hipótese da pesquisa foi relacionada:

Hipótese 3: Existe uma relação entre superendividamento e qualidade de vida.

O estudo centrado nas 3 hipóteses de pesquisa estão detalhadas na figura 1. No caso, superendividamento apresenta-se como construto dependente numa relação de causa e efeito.

Figura 1 - Hipóteses de pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Cabe ainda destacar os trabalhos que serviram como referência para a construção das hipóteses desse estudo:

Tabela 1 - Referências para a construção da metodologia

HIPÓTESE RELACIONADA	AUTOR/ANO	ASSUNTO
H1	Flores, Vieira / 2014	Propensão ao endividamento e qualidade de vida
H1	Acordi / 2019	Endividamento e qualidade de vida de servidores públicos
H1	Rocha; Freitas / 2010	Relação consumidor e superendividamento
H2	Costa / 2013	Formação de poupança
H2	Melo / 2016	Educação financeira

H2	Karlan / 2015	Formação de poupança
H2	Gans et al. / 2016	Educação financeira
H2	Collares / 2019	Endividamento de servidores públicos
H3	Da Silva; Neto; da Cunha Araújo / 2017	Educação financeira de servidores públicos
H3	Yoshinaga / 2008	Finanças comportamentais
H3	Soares; Cavalhero; Trevisan / 2017	Endividamento e qualidade de vida

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

O consumo é um traço característico da sociedade contemporânea que provoca impactos significativos em todo o ambiente. O consumo é visto como bem-estar e meta prioritária do processo de civilização. Os indivíduos são valorizados de acordo com a sua capacidade aquisitiva, pois possibilita uma maior aquisição de bens, tornando-se, dessa forma, um fim em si mesmo e símbolo da felicidade (MESSIAS; DA SILVA; CALDERONI SILVA, 2015). A cultura do consumo está intrinsecamente relacionada à modernidade, em função das instituições, da infraestrutura e das práticas importantes que se originaram no início do período moderno, portanto não é uma consequência tardia da modernização industrial e cultural, faz parte da construção do mundo moderno. (SLATER, 2002)

Contudo, cabe ressaltar que o consumo pode ser visto sobre diferentes perspectivas. Segundo Barbosa (2004), os modelos de consumo podem ser sintetizados em duas abordagens: Cultural e Crítica para a sociedade de consumo. No que se refere à abordagem cultural, o consumidor *consume para viver*, pois nesta instância a sociedade de consumo de larga escala não é vista como algo necessariamente malévolo, que somente destrói o ambiente ou causa problemas à sociedade. Já na abordagem crítica, é abordada a perspectiva do consumidor que *vive para consumir*, o que ocasiona um significativo prejuízo ao meio ambiente, pois ultrapassa as necessidades básicas de sobrevivência, tornando o consumo uma verdadeira patologia. Nesse tipo de consumo, há uma ordem de atributos negativos,

tais como perda de autenticidade nas relações, materialismo, consumismo e superficialidade.

O consumo, em seu crescimento, pode também ser visto como abolição da pobreza ou do desejo por desenvolvimento. Vivemos em um tempo em que a maior parte do sofrimento humano é ainda um resultado direto da falta de bens para o consumo. Ainda existem continentes inteiros, tal como a África, onde a maioria das pessoas ainda necessita desesperadamente de mais consumo para sobreviver, como mais habitações, remédios, livros, computadores e transporte. Nessa visão, não há sentido em destruir o consumo, desde que ele seja desmistificado juntamente com as campanhas de publicidade. De forma frequente as economias nacionais necessitam de mais estímulos para resolver seus problemas internos e para isso os consumidores precisam movimentar a economia produzindo e gastando mais (DANIEL, 2007).

Slater (2002) afirma que ser consumidor representa saber quais são as necessidades e as maneiras de satisfazê-las, ou seja, significa aprender a escolher, comprar, usar e desfrutar, ou até mesmo como não fazê-lo. As necessidades não são sociais no sentido de serem “influências sociais”, “pressões sociais” ou processo de socialização, no estilo “a sociedade molda o indivíduo”. O indivíduo, nesse contexto, não necessariamente deveria ser visto como “marionete”, manipulado e vítima da mídia. Nesse sentido, quando alguém afirma que “preciso de alguma coisa”, esse consumidor está na verdade dizendo “preciso disso para certo estilo de vida”; “preciso disso para ser um tipo de pessoa” ou “ainda preciso disso para atingir determinado objetivo”. Para o autor, as necessidades de consumo também são políticas, porque o trabalho e o poder são alocados para sustentar a vida que todos querem levar. Por essa capacidade de satisfazer necessidades, a cultura do consumo é julgada por sua capacidade de suportar os modos de vida desejados.

Consumir é algo ativo e constante no cotidiano e, dessa forma, desempenha papéis sociais, definindo mapas culturais. O consumo é como um código e por meio desse código são traduzidas muitas das nossas relações sociais. O indivíduo consumiria para seu bem-estar material, procurando satisfazer necessidades muito básicas, tal como se proteger das condições climáticas. Posteriormente, poderia também consumir para seu bem-estar, por uma questão de lazer. Por fim, poderia consumir também para exibição, para efeito de competição. Destaca-se que essa

lógica não precisa necessariamente acontecer sequencialmente, podendo qualquer dimensão ocorrer em qualquer momento do consumo. (DOUGLAS, 2007)

Porém, ao observar as facetas problemáticas do consumo, verificamos os problemas que podem ocorrer na vida dos consumidores. As pessoas em sua maioria não planejam suas atividades, não se antecipam aos problemas e tendem a agir somente quando pressionados, tomando assim decisões por impulso baseadas na emoção e não na razão. Dessa forma, a facilidade de adquirir bens e serviços ou a busca pela diferenciação exerce um forte poder sobre o comportamento das pessoas, as levando a consumirem acima de sua capacidade de pagamento e endividamento (MESSIAS; DA SILVA; CALDERONI SILVA, 2015).

Outra face problemática da atual dinâmica do consumo é o quanto ele se confunde com a identidade. Em tempos antigos o consumo era mais utilitário porque as escolhas eram mais limitadas. Hoje, há um confronto constante entre inúmeras marcas, que vendem ao público a ideia de ser a sua própria identidade, seu próprio estilo de vida (BUENO; DE LIMA CAMARGO, 2008). O estilo e o bom gosto determinam a diferenciação, a inclusão e a exclusão entre semelhantes, em que saber usar determinado produto enquadrado nessa situação proporciona essa diferenciação, mesmo que falsa. A moda é a expressão marcante da sociedade do consumo, entretanto não se relaciona de forma intensa com a democratização do consumo, mas, sim, com a manutenção do status. Estar na moda não indica que o consumidor está necessariamente imerso em consumo, mas que se privilegia de um status de distinção (BOURDIEU, 2007).

Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)¹ e do indicador de Intenção de Consumo das Famílias (ICF)², ambos levantados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), de Janeiro de 2011 a Janeiro de 2020, fornecem importantes informações à respeito da situação

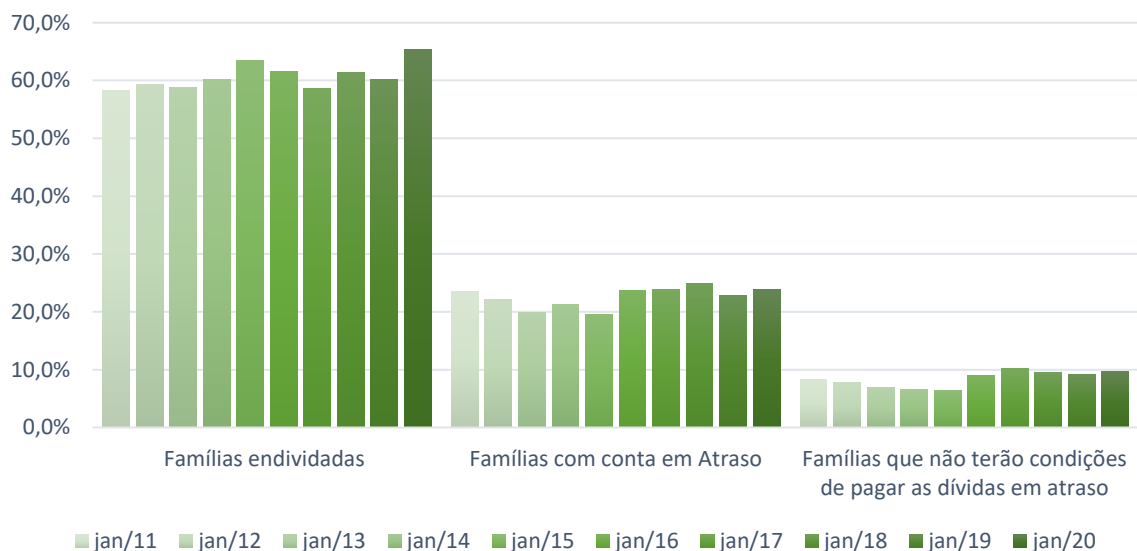
¹ A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) é apurada mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18 mil consumidores. Das informações coletadas, são apurados importantes indicadores: percentual de consumidores endividados, percentual de consumidores com contas em atraso, percentual de consumidores que não terão condições de pagar suas dívidas, tempo de endividamento e nível de comprometimento da renda.

² A pesquisa nacional de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) é um indicador antecedente que tem como objetivo antecipar o potencial das vendas do comércio. O indicador tem capacidade de medir, com alta precisão, a avaliação que os consumidores fazem dos aspectos importantes da condição de vida de suas famílias, tais como: capacidade de consumo atual e de curto prazo, nível de renda doméstico, condições de crédito, segurança no emprego atual e suas perspectivas.

do endividamento e do comportamento relacionado ao consumo das famílias brasileiras nos últimos 10 anos (CNC, 2020).

O percentual de famílias endividadas cresceu 7% nos últimos 10 anos (2011-2020), acompanhado de um acréscimo de 1,3% no total de famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso. Dentro deste mesmo período, o número de famílias com contas em atraso se manteve praticamente constante. Dessa forma, observa-se que a má situação financeira das famílias brasileiras não apresentou sinais de melhora ao longo dos anos, na verdade, tende a se agravar, conforme a figura 2 a seguir.

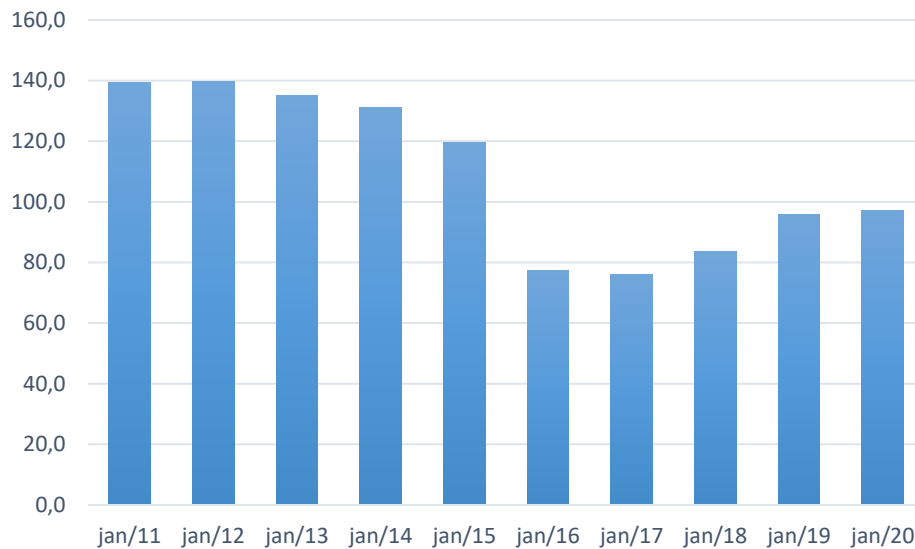
Figura 2 - PEIC (% do total de famílias): Jan/11 a Jan/20



Quanto ao Indicador de Consumo das Famílias, contata-se um fenômeno semelhante com o indicador do percentual de família endividadas, que tende a crescer. Analisado isoladamente, o aumento do índice ICF, conforme a figura 3, pode ser visto como um indicador do aquecimento da economia. A expressiva queda do índice entre janeiro de 2015 e 2016 reflete o pico da recente crise política e econômica no Brasil, e o posterior aumento reflete a gradual retomada das condições anteriores à crise. Contudo, quando relacionamos os índices PEIC e ICF observa-se que há uma

estreita relação entre o aumento na intenção de consumo e o endividamento, o que reflete a baixa instrução dos cidadãos ao assumirem dívidas.

Figura 3 - ICF: Jan/11 a Jan/20



Há que se pontuar, primeiramente, sobre a ideia de que o endividamento nem sempre é negativo. A partir do conceito do custo de oportunidade, Pindyck e Rubinfeld (2006) afirmam que caso um indivíduo não empregue seus recursos da melhor maneira possível, ele arca com o custo de perder uma oportunidade. Nesse contexto pode-se observar o exemplo das famílias que avaliam a oportunidade de buscar um financiamento para a aquisição de um imóvel ou que pretendem trabalhar em alavancagem em algum empreendimento.

Atribui-se o termo endividamento a qualquer indivíduo que, dentro de seu orçamento e faixa de renda, possui dívidas a fim de adquirir bens e serviços de forma parcelada, nos quais as parcelas são quitadas nos prazos previamente estipulados. Nestes moldes, o endividamento é uma opção de consumo, pois não compromete o equilíbrio financeiro familiar (ROCHA; FREITAS, 2010).

A partir dos dados da CNC, verifica-se que o crescimento do endividamento familiar foi acompanhado do crescimento percentual de famílias com contas em atraso ou que não vão conseguir arcar com as próprias dívidas, ou seja, houve um aumento

na má utilização do crédito. Nesse ponto constata-se a tímida disseminação dos conhecimentos básicos de educação financeira. (CNC, 2020)

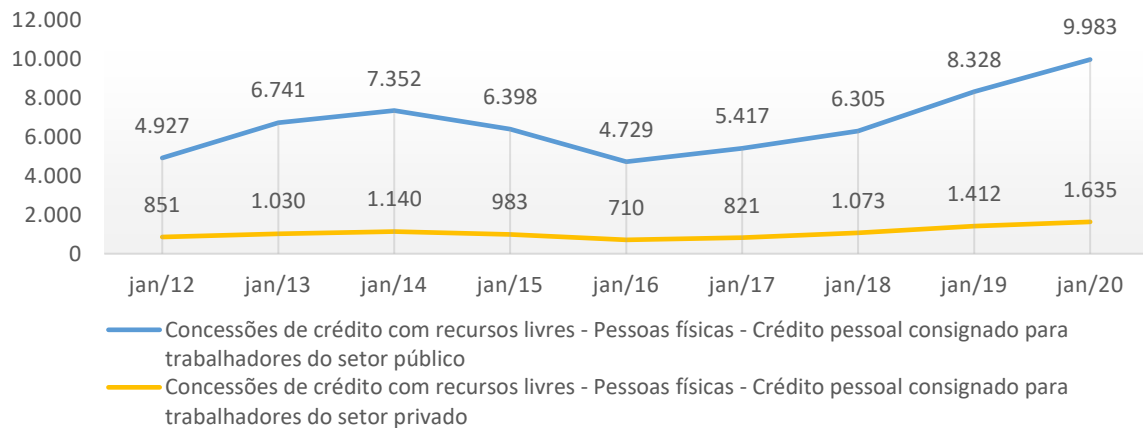
A impossibilidade de arcar financeiramente com as próprias dívidas através de parcelas a serem pagas ao longo do tempo caracteriza o superendividamento. Observa-se aqui dois perfis de consumidor: o ativo e o passivo. O ativo é caracterizado por realizar um consumo por meio de empréstimos cuja capacidade de honrá-los ultrapassa o limite do seu próprio orçamento, ou seja, há uma falha na devida reflexão entre a sua necessidade e real condição. Já o superendividado passivo é ocasionado por motivos inesperados como desemprego, doenças, situações instáveis da economia ou até abuso nos contratos (ROCHA; FREITAS, 2010).

Nesse sentido, já é possível observar iniciativas governamentais a fim de atenuar os efeitos sistêmicos do superendividamento e possibilitar a mudança desse quadro que está se agravando como é o exemplo do Projeto de Lei nº 3.515 de 2015, que cria regras para a concessão de crédito ao consumidor e dispõe sobre a prevenção e tratamento do superendividamento, em especial de grupos vulneráveis, como os idosos.

Por fim, cabe ressaltar que vários projetos de desenvolvimento econômico adotados pelo Brasil, como o plano real em 1994, propiciou uma estabilidade econômica que permitiu as pessoas adquirirem bens que antes não era acessíveis, através da concessão de crédito. Todavia, não houve uma contrapartida que capacitasse a população no que diz respeito ao consumo consciente, ocasionando assim uma explosão de endividamento no país. Dessa forma, a educação financeira surge como resposta a esse problema, fornecendo orientações necessárias para a tomada de decisões de cunho financeiro no cotidiano da população (GANS et al., 2016).

Dados do Banco Central do Brasil apontam que os servidores públicos devem R\$ 9.983 milhões às instituições financeiras por meio de empréstimos consignados. Esse volume é 6,1 vezes maior que o montante devido pelos trabalhadores do setor privado, que também em janeiro de 2020 se encontrava no valor total de R\$ 1.635 milhões, conforme exposto na Figura 4 a seguir (BACEN, 2020).

Figura 4 - Crédito consignado setor público x privado (R\$ milhões)



Apesar de poder ser visto como uma alternativa benéfica para os grupos de pessoas que têm acesso a esse recurso para poder enfrentar dificuldades financeiras e imprevistos com juros menores em relação aos praticados nas demais linhas de crédito em geral, o empréstimo consignado foi identificado como um dos principais fatores de desequilíbrio financeiro dos servidores públicos. Essa modalidade de crédito tem ainda crescido devido à sua facilidade de acesso, uma vez que apresenta baixo risco de inadimplência para as instituições financeiras. (PAULA et al., 2016)

Contudo, há um vasto arcabouço normativo que não só autoriza como facilita o acesso à consignação em folha. O Decreto nº 8.321/2014 elevou de cinco para oito anos o prazo para a quitação dos empréstimos consignados dos servidores públicos federais, e a Lei nº 13.172/2015 passou a permitir a consignação de até 35% do salário para o pagamento de dívidas com o cartão de crédito. Dessa forma, pode-se observar conforme a figura 4 que, a partir de 2016, houve uma retomada no crescimento do volume de concessões de crédito nessa alínea.

Além disso, dois fatores ajudam também a explicar o alto endividamento do funcionalismo público em relação ao do setor privado: uma maior média salarial em comparação com o setor privado e a estabilidade do emprego. Ainda que exista um limite legal para os valores tomados em consignação, nada impede que os servidores acumulem outras formas de endividamento, uma vez que é um perfil consumidor atraente para as instituições financeiras. (SOUZA, 2015)

O prejuízo desse quadro de desequilíbrio é sentido não somente pelos servidores nessa situação, mas também pelo próprio orçamento do governo. Pesquisas apontam que uma significativa parcela dos afastamentos por licença para tratamento de saúde por CID F³ (transtornos mentais e comportamentais) são agravados e até ocasionados devido à pressão psicológica que o endividamento pode causar, comprometendo a qualidade de vida e a produtividade dos servidores. Tal quadro ocasiona gastos adicionais com pessoal ao governo que deve suprir esse déficit na força de trabalho (SOARES; CAVALHERO; TREVISAN, 2017).

Nesse sentido, estudos já sugerem medidas que podem ser implementadas para o enfrentamento desse desequilíbrio orçamentário como a implantação de processos de educação financeira abordando diversos temas correlacionados, divulgação de forma legível dos juros praticados no rodapé dos contracheques, e dificultar o acesso de agentes de instituições financeiras nos órgãos públicos (PAULA et al., 2016).

A expansão da oferta de crédito provocou o surgimento de novos perfis de consumidores, incluindo os que são ainda mais consumistas e mais propensos a assumir riscos através de dívidas. Consumidores de classes sociais anteriormente excluídas foram incluídas no processo de concessão de crédito. Dado esse novo cenário, é de grande relevância entender o comportamento dos indivíduos para que possam ser desenvolvidas ações para evirar dívidas e ajudar os inadimplentes (FLORES; VIEIRA, 2014).

As Finanças Comportamentais é uma relevante área de conhecimento da Teoria de Finanças e, apesar de recente, o seu desenvolvimento tem sido acelerado. Dentro de sua base conceitual, considera-se que os indivíduos nem sempre se comportam racionalmente. Caso as teorias que se baseiam na racionalidade dos agentes explicassem satisfatoriamente os mais importantes fenômenos explorados pela literatura de Finanças, não haveria fortes motivações para questionar os fundamentos e propor abordagens alternativas. Nesse sentido, várias evidências empíricas foram produzidas nas últimas décadas revelando que a suposição de que

³ A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (também conhecida como Classificação Internacional de Doenças – CID 10 F) é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde. Estas se referem aos Transtornos Mentais e do Comportamento (F00 a F99)

os indivíduos são racionais não são capazes de explicar os fenômenos observados no mercado (YOSHINAGA et al., 2008).

Além da irracionalidade dos agentes observada pelos recentes estudos da área das Finanças Comportamentais, existe um vasto arcabouço de evidências a se considerar, como as de que os agentes não se comportam aleatoriamente, podendo cometer erros sistemáticos. Verifica-se também que, mesmo com incentivos dados aos agentes, como melhor nível de educação financeira, prevalecem os limites ao aprendizado. (ROGERS; FAVATO; SECURATO, 2008)

Entretanto, essa mesma abordagem pode ser utilizada para um objetivo oposto ao consumismo: o incentivo à poupança. Instrumentos podem ser empregados para promoverem mudanças positivas de forma sutil no cotidiano das pessoas, como por exemplo a poupança programada. Esse recurso têm um histórico de sucesso tanto em países em desenvolvimento quanto nos EUA. Dentre suas vantagens reside o caráter não obrigatório para os indivíduos mas, ao contrário, os conduz à decisões que elas próprias dizem querer tomar (KARLAN, 2015).

O considerável aumento de crédito experimentado nos últimos anos, aliado ao crescimento econômico e a estabilidade inflacionária acarretaram significativas mudanças na maneira de lidar com o dinheiro. Por esse motivo, a educação financeira é de suma importância para o desenvolvimento da economia, apesar do tema ser ainda pouco explorado no Brasil. Indivíduos financeiramente bem instruídos são, geralmente, formadores de poupança, o que representa uma relevante fonte de financiamento para os setores financiados pelo Governo (NUNES e SILVA, 2013)

Para a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico os consumidores e investidores, através da educação financeira, melhoram a sua compreensão acerca dos produtos, conceitos e riscos financeiros dispostos pelo mercado, trazendo mais confiança para tomarem decisões com segurança, propiciando bem-estar financeiro (OECD, 2015). A educação financeira também fornece informações para ajudar os indivíduos a lidarem com a sua renda, a gerir o seu dinheiro com investimentos, poupança, gastos e empréstimos (GANS et al., 2016).

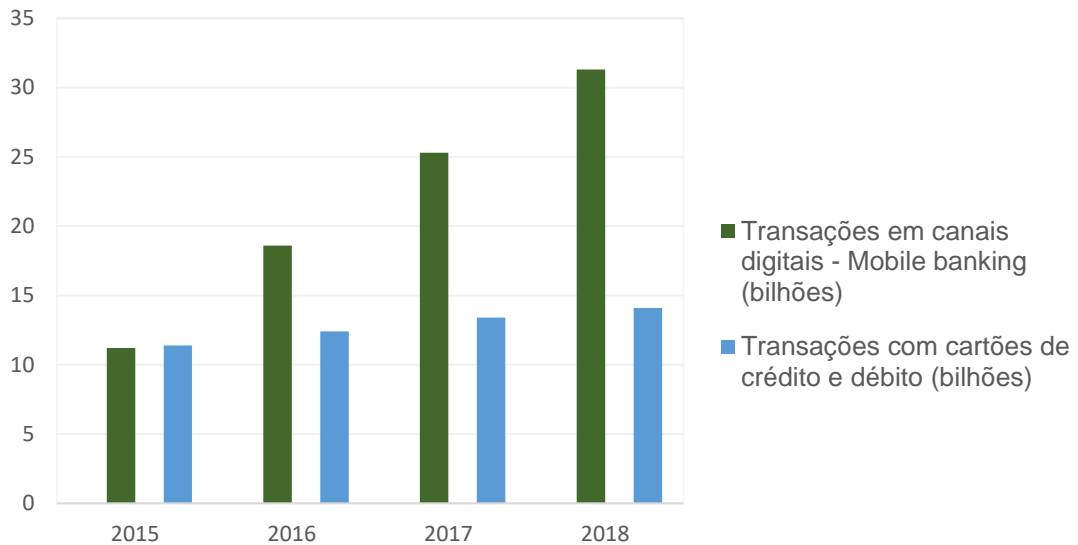
O mercado econômico está se tornando cada dia mais complexo e os indivíduos estão presenciando uma forte proliferação de produtos financeiros. Várias

opções de investimento são disponibilizadas e com o advento cada vez mais constante de crises globais, as consequências de más escolhas podem ser devastadoras. Portanto, as pessoas devem estar preparadas e bem informadas sobre economia e finanças para tomarem decisões conscientes. Desse modo, a educação financeira abrange o conhecimento de opções de investimento, o entendimento numérico e a compreensão de conceitos como inflação, juros compostos e tributação (LUSARDI, 2009).

Para organizar a vida financeira é necessário dedicar tempo a uma nova rotina de controles pessoais, e tempo é escasso e tem grande valor nos dias de hoje. Contudo, quanto mais aprimorado nessa prática o indivíduo se torna, menos dúvida terá na hora de fazer escolhas e maior eficiência na utilização da própria renda (CERBASI, 2009).

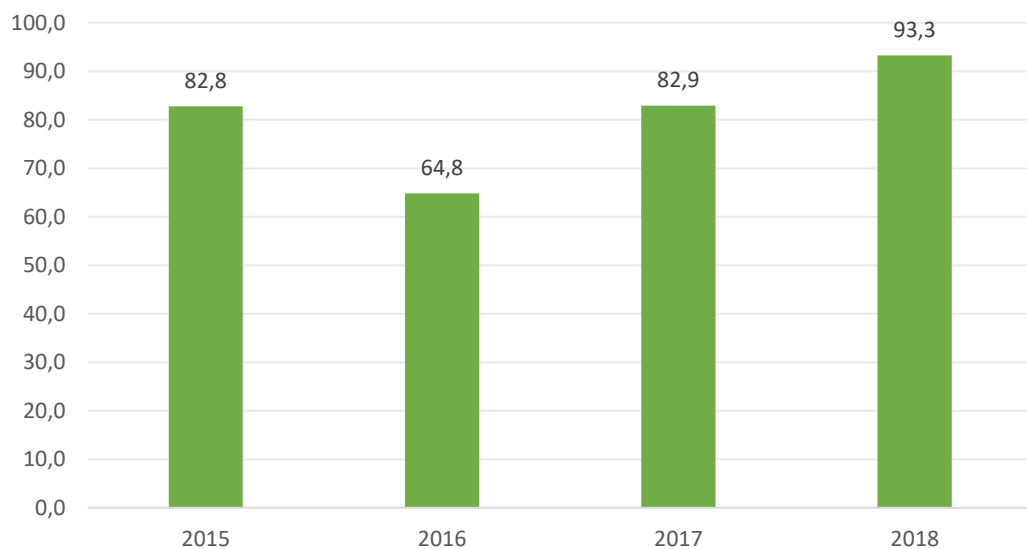
Segundo a Federação Brasileira de Bancos houve um aumento expressivo no número de transações em canais digitais (Mobile Banking) do ano de 2015 a 2018 (+179%). Também para o mesmo período houve um significativo aumento nas transações com cartão de crédito e débito (+24%). Interessante observar que também houve um aumento no lucro líquido do setor bancário na ordem de 13%. Observa-se que na medida em que os canais de acesso aos bancos e aos seus instrumentos de acesso ao crédito aumentam, suas rentabilidades também aumentam. Cabe ainda o questionamento dos efeitos dessa crescente facilidade de acesso às instituições financeiras sem a proporcional expansão das medidas educativas a este mercado. A figura 5 a seguir demonstra esse expressivo crescimento das transações em canais digitais em relação às transações mais tradicionais, realizadas com cartões de crédito e débito (FEBRABAN, 2018).

Figura 5 - Transações em canais digitais x Cartões de crédito e débito



Assim como houve um expressivo aumento no número de transações bancárias em canais digitais, também houve um expressivo aumento no lucro líquido do setor bancário, na ordem de 13%, conforme a figura 6. Há que se questionar se este aumento no lucro foi conquistado através de decisões conscientes dos usuários dos serviços bancários, contudo não é o que se depreende quando analisamos estes números ao levarmos em consideração o aumento do número de famílias endividadas e sem condições de pagar as próprias dívidas.

Figura 6 - Lucro líquido do setor bancário (R\$ bilhões)



O avanço das ferramentas tecnológicas do mercado financeiro facilitou o acesso dos cidadãos às linhas de crédito, investimento e outras facilidades proporcionadas pelo setor. Contudo, grande parte dos benefícios sociais dos mercados financeiros dependem da eficácia com que as famílias o utilizam. Um estudo realizado com famílias americanas concluiu que existe uma relação entre escolaridade e poupança, mostrando que pessoas mais escolarizadas poupam mais. Foi ainda apontado que os indivíduos mais pobres e menos educados cometem mais erros no mercado financeiro que os mais ricos e educados, abstendo-se, dessa forma, de diversificar seus investimentos e de participarem de mercados de ativos mais arriscados, como a bolsa de valores. As famílias com baixa educação financeira tendem a investir mal e os erros cometidos tendem a reforçar que outros erros não sejam cometidos através da não participação no mercado de ativos. Cientes dessas limitações, muitas famílias delegam suas decisões financeiras a profissionais, podendo pagar altas taxas à planejadores financeiros, fundos mútuos ou bancos (CAMPBELL, 2006).

Atualmente são crescentes os esforços de diferentes governos em implementar políticas públicas para a disseminação desse conhecimento. Os EUA inseriram a disciplina de educação financeira no currículo das escolas secundárias. O Reino Unido oferece essa disciplina em caráter facultativo nas escolas, e via mercado, como por exemplo, através de Instituições Financeiras. A Espanha criou o Plano de Educação Financeira afim de melhorar a cultura financeira da população e contribuir para o fomento, estabilidade e confiança do sistema financeiro (VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA, 2011).

À frente das iniciativas de educação financeira a nível nacional, o Banco Central dos Estados Unidos (*Federal Reserve*) desenvolve o acultramento financeiro de sua população. Dentre os programas desenvolvidos com este intuito pela instituição, destaca-se, em particular, a promoção do acultramento e planejamento financeiro de jovens que cursam o *High School*, equivalente ao ensino médio no Brasil. Na visão do FED USA, educar os consumidores a compreender o funcionamento da economia e das ferramentas financeiras disponíveis para a tomada de melhores decisões é um dos melhores investimentos a serem feitos pelo país, pois beneficia a economia a longo prazo (MELO, 2016). Até o ano de 1985 quase 60% dos estados americanos

(29 de 50) já haviam incluído a disciplina de Educação Financeira como obrigatória nas escolas secundárias. Foi constatado que, através de uma pesquisa aplicada, os consumidores que receberam essa formação ainda na escola possuem maior propensão a poupar e acumular riqueza na fase adulta (BERNHEIM; GARRETT; MAKI, 2001).

Um estudo realizado com cidadãos brasileiros apontou que, dentre os indivíduos pesquisados, o nível de escolaridade (medido em anos de estudo) não influencia na taxa de poupança, porém, o nível de educação financeira influencia diretamente na decisão de quanto poupar. Portanto, o resultado aponta para o fato de que um conhecimento específico, no caso, o financeiro, tem papel fundamental na taxa de poupança, mesmo para indivíduos de com alta escolaridade (COSTA, 2013).

Sobretudo, cabe ressaltar que um programa educacional “tamanho único” não irá resolver o problema por completo, pois poderá até deixar de incentivar a participação no esforço pela educação financeira. Os diferentes subgrupos da sociedade expressam diferentes realidades, portanto as necessidades podem divergir. Portanto a iniciativa será mais eficaz caso seja direcionada a determinados subgrupos populacionais, considerando o grau de alfabetização financeira e seus padrões de poupança (LUSARDI; MITCHELL, 2013).

Nesse sentido, em 2019 uma decisão do Ministério da Educação (MEC) determinou que fosse incluída a educação financeira na chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a fim de que escolas públicas e privadas adotem esta nova disciplina em seus currículos. A partir disso, as escolas brasileiras terão de trabalhar assuntos como taxas de juros, aplicações financeiras, impostos e inflação. Dessa forma, observamos o Governo Brasileiro dando os primeiros passos concretos na direção de soluções sólidas para o enfrentamento do superendividamento das famílias brasileiras.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa teve o intuito de identificar a influência da educação financeira na prevenção ao superendividamento e buscar uma compreensão detalhada deste fenômeno. Foi necessário coletar dados que demonstram como o público-alvo se relaciona com os assuntos de temática financeira, bem como o nível de educação financeira individual, a percepção e comportamento individual de risco, como as emoções estão relacionados aos aspectos financeiros e materiais, a propensão ao endividamento e os valores pessoais relacionados ao dinheiro.

3.1. Amostra e coleta de dados

Para atingir o objetivo desta pesquisa foram selecionados servidores públicos efetivos, ou seja, que foram nomeados mediante aprovação em concursos público e que possuem características em comum quanto ao regime de trabalho, sejam elas a estabilidade, a irredutibilidade dos vencimentos e carreiras regidas por lei e, conforme a Constituição Pública do Brasil, tais características correspondem aos critérios de seleção dos participantes (BRASIL, 1988).

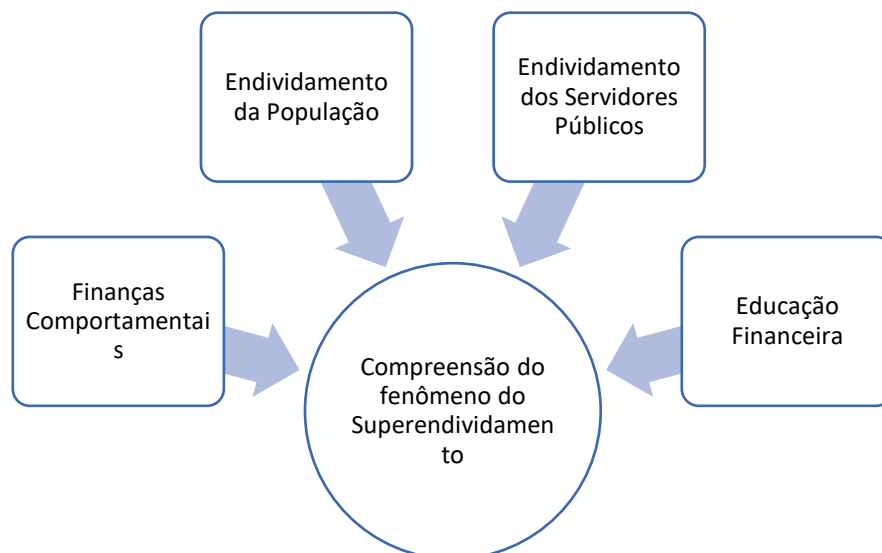
Os servidores selecionados serão convidados a participar da pesquisa através de meios eletrônicos de comunicação (*e-mail*, *whatsapp* e redes sociais), recebendo uma mensagem contendo uma apresentação do objetivo e relevância da pesquisa juntamente com o *link* para responder ao questionário eletrônico. Para a mensuração, será utilizada a escala *Likert* de cinco pontos.

Ao acessar o *link* será solicitado ao participante o seu endereço de e-mail para evitar que uma mesma pessoa responda ao questionário mais de uma vez e posteriormente qual a carreira ou cargo público ela pertence. Após isso, o participante terá acesso ao questionário eletrônico, aplicado com o auxílio da ferramenta *Google Forms*, composto pelas seguintes seções: 1 – Educação financeira; 2 – Percepção de risco; 3 – Comportamento de risco; 4 – Emoções; 5 – Materialismo; 6 – Endividamento; 7 – Valores do dinheiro; 8 – Perfil do entrevistado.

3.2. Procedimentos Específicos

A primeira etapa da pesquisa envolveu a revisão da literatura, através de pesquisas bibliográficas e documentais, por meio de artigos científicos, trabalhos acadêmicos, livros, legislações e dados econômicos levantados em meio eletrônico que abrangem informações comportamentais da população e do fenômeno estudado. Dessa forma, através da pesquisa bibliográfica foi possível analisar o estado atual dos estudos acerca da problemática do superendividamento da população e sua relação com a educação financeira.

Figura 7 - Temáticas da pesquisa bibliográfica



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

O levantamento de trabalhos que abordam a mesma temática em diferentes países possibilitou realizar um comparativo com a situação brasileira e, possivelmente, traçar caminhos possíveis para o desenvolvimento do conhecimento neste campo. Para tanto, a pesquisa bibliográfica tratou de temáticas de importante relevância para a compreensão do assunto que são o endividamento como fenômeno na população, o endividamento dos servidores públicos, que são o público-alvo da pesquisa, as finanças comportamentais e, finalmente, a educação financeira.

A segunda etapa da pesquisa foi a aplicação do questionário através do Google Forms a servidores públicos efetivos que se disponham a participar da pesquisa. Posteriormente, foi procedida a análise dos dados com a estatística descritiva, utilizando inferência sobre a amostra da população.

O questionário que foi aplicado nesta pesquisa foi adaptado do trabalho de Flores e Vieira (2014). A sua adaptação e aplicação foi autorizado pelas autoras mediante contato via e-mail. Dessa forma, a estruturação do questionário foi realizada de tal forma que possibilitasse a investigação de diversos fatores junto ao público-alvo que podem ter relações com o fenômeno a ser investigado.

3.3. Técnica de Análise

O questionário empregado na presente pesquisa foi adaptado do estudo realizado por Flores e Vieira (2014). Das 73 questões originais, 10 foram suprimidas, restando então 63 questões com a escala Likert na versão final do questionário a ser enviado para os respondentes. Observa-se, contudo, a necessidade de posteriormente reduzir e explorar as referidas questões. A redução e agrupamento em dimensões possibilitará de forma significativa a interpretação dos resultados dispostos em fatores.

3.3.1. Técnica exploratória (AFE)

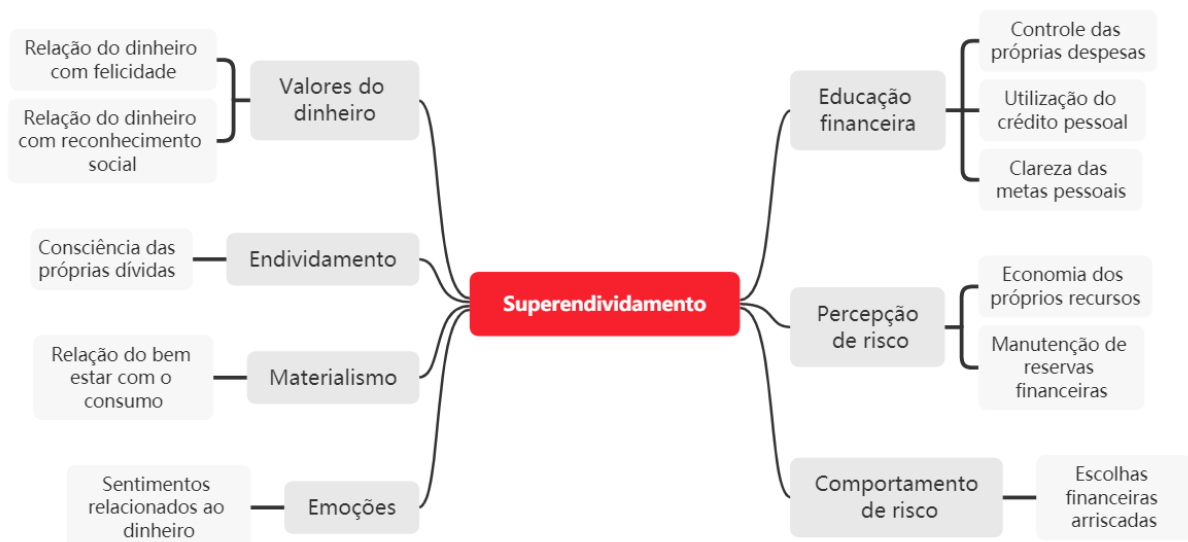
Foi empregada a Análise Fatorial Exploratória (AFE) com o objetivo de, principalmente, reduzir e explorar as questões do questionário. Dada a quantidade de variáveis que foram levantadas na pesquisa para se investigar o fenômeno do superendividamento, o emprego da AFE foi devido a necessidade de identificar as dimensões da estrutura e posteriormente determinar o grau que cada variável é explicada por cada dimensão. Dessa forma, foi possível a acomodação de múltiplas variáveis na tentativa de compreender como elas estão inter-relacionadas. Com o objetivo de se ter a perda mínima de explicação do modelo geral, o objetivo foi reduzir o número de variáveis em questão, nesse caso 63 (totalidade do questionário), para,

dessa forma, conseguir facilidade de compreensão do fenômeno em estudo (HAIR, 2005).

Com a finalidade de se determinar a adequação da análise fatorial, foram aplicados o teste *Bartlett* de esfericidade e o Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) conforme sugerido por Hair et al (2005). O teste de esfericidade avaliou estatisticamente a presença de correlações entre as variáveis, proporcionando a probabilidade de que a matriz de correlação tenha correlações significantes entre pelo menos algumas variáveis. Já o KMO foi utilizado para avaliar o nível de adequação da análise fatorial.

Por fim, cabe ressaltar a importância de se avaliar o grau de consistência entre as múltiplas medidas das variáveis através de testes de confiabilidade. O objetivo foi garantir que as respostas obtidas pela aplicação do mesmo modelo não sejam muito variadas durante períodos distantes entre si, de modo que a medida tomada seja confiável em qualquer instante. Para tanto, o alfa de Cronbach foi obtido através do software estatístico IBM® SPSS Statistics 26, e que foi a medida utilizada devido a sua capacidade de diagnosticar o coeficiente de confiabilidade através da avaliação de consistência da escala interna (HAIR, 2005).

Figura 8 - Diagrama de Caminhos



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

A construção de um modelo que possibilita a relação das variáveis levantadas no questionário da pesquisa pode propiciar a verificação do fenômeno social do superendividamento e suas possíveis causas. Um aspecto relevante do modelo é a possibilidade de analisar o diagrama de caminhos, conforme a Figura 8, com maior profundidade, verificando a força das relações entre as variáveis.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados que virão a seguir está dividida em três partes, sendo a primeira seção uma análise do perfil da amostra extraída dos dados do questionário, como variáveis demográficas, culturais, profissionais e comportamentos básicos frente às questões de finanças pessoais. Na segunda seção serão abordados os resultados referentes aos fatores comportamentais tendo como base as medidas quantitativas extraídas da coleta de dados. Por fim, na terceira seção serão apresentadas as relações entre os fatores comportamentais estudados, verificando a relação das inferências obtidas da amostra com o objetivo da pesquisa. A pesquisa alcançou uma amostra de 258 questionários respondidos pelos participantes.

4.1. Perfil da amostra

Tendo em vista o objetivo de investigar os fatores que contribuem para a mitigação do superendividamento, é de significativa importância verificar a distribuição da amostra através das características relacionadas a sexo, estado civil, escolaridade, entre outros.

A partir da análise da idade dos respondentes, verificou-se que a média de 40 anos, uma mediana de 38 anos e um desvio padrão de 9,73. Os demais resultados a respeito do perfil da amostra são apresentados nas tabelas e gráficos a seguir.

Tabela 2 - Perfil dos respondentes através das variáveis: gênero, estado civil, religião, raça/etnia, dependentes e filhos

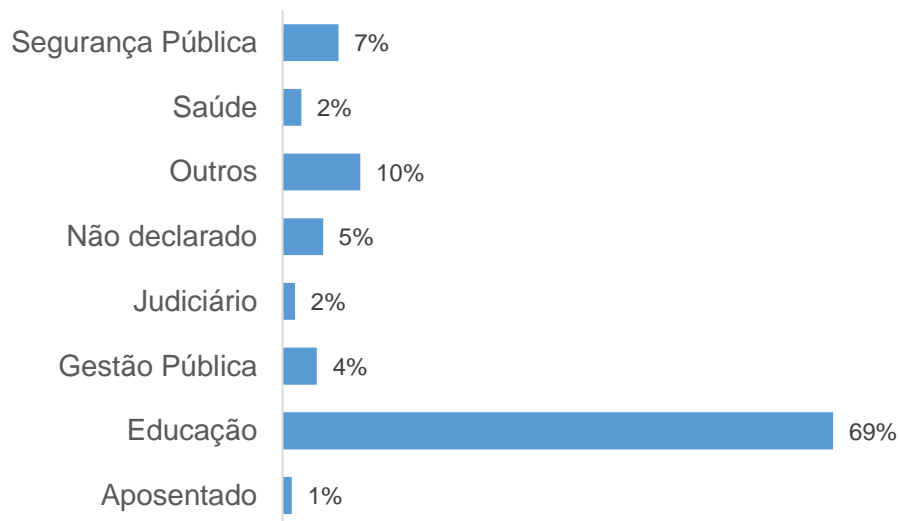
Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Gênero	Feminino	153	59,30%
	Masculino	105	40,70%
Estado Civil	Casado(a)	177	68,60%
	Divorciado(a)	24	9,30%
	Solteiro(a)	56	21,71%
	Viúvo(a)	1	0,39%
Religião	Católica	111	43,02%
	Espírita	35	13,57%
	Evangélica	41	15,89%
	Religiões de Origem Africana	3	1,16%
	Religiões Orientais	4	1,55%
	Sem Religião	56	21,71%
	Outras	8	3,10%
Raça/Etnia	Amarela ou Oriental	6	2,33%
	Branca	134	51,94%
	Indígena	1	0,39%
	Parda	88	34,11%
	Preta	27	10,47%
	Outros	2	0,78%
Possui dependentes	Sim	155	60,08%
	Não	103	39,92%
Possui filhos?	Sim	149	57,75%
	Não	109	42,25%

A partir da Tabela 2 é verificado que a maioria dos respondentes pertencem ao gênero feminino (59,30%), sendo que grande parte é casado(a) (68,60%). Doravante, a respeito da constituição familiar, os respondentes foram questionados a respeito de filhos e dependentes. Observou-se que a maioria possui filhos (57,75%) e/ou dependentes (57,75%). Dessa forma, constatou-se que grande parte dos

respondentes pertencem a um núcleo familiar, o que pode conferir uma dinâmica financeira mais complexa que a de uma pessoa solteira sem dependentes.

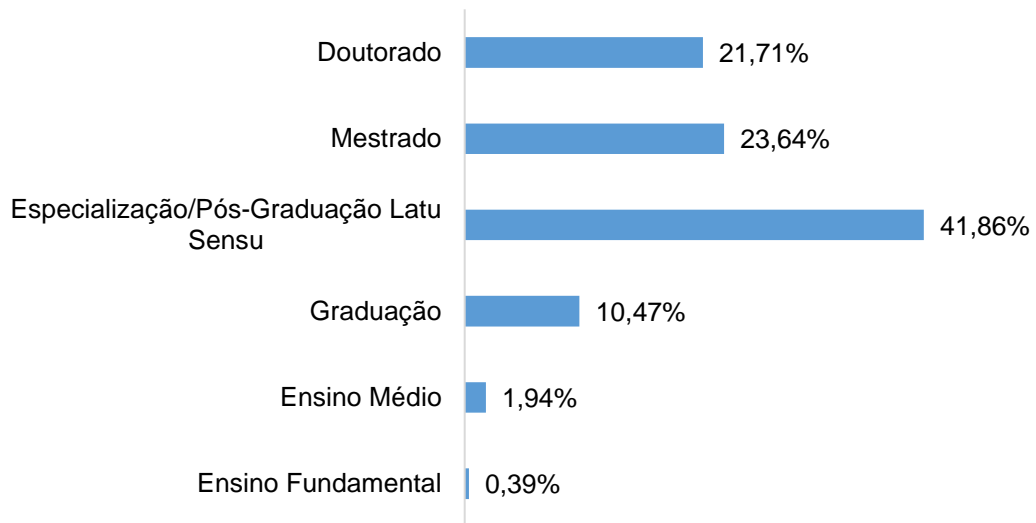
A respeito da variável religião, nota-se que a maioria dos respondentes pertencem a religião católica (43,02%), seguido dos que não possuem religião (21,71%), e tendo em vista a variável raça/etnia, percebe-se que a maioria pertence a raça branca (51,94%).

Gráfico 1 - Grupo de carreiras públicas dos respondentes



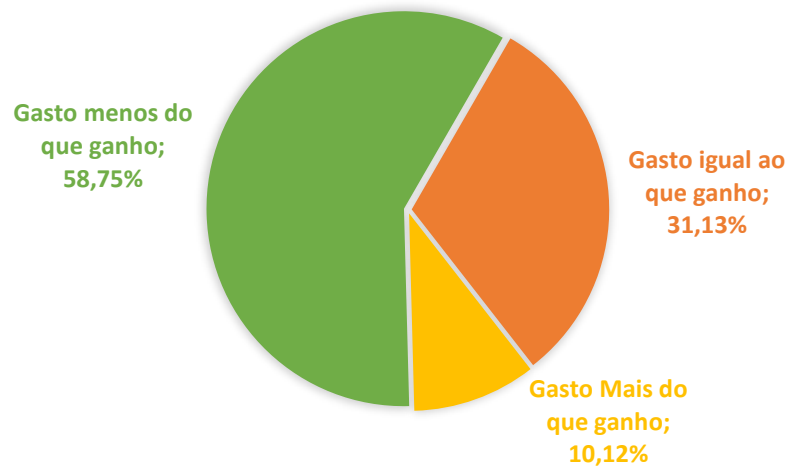
Foi perguntado para os participantes da pesquisa a qual grupo de cargo pertenciam e, a partir das respostas obtidas, foi realizado um agrupamento a fim de se obter uma melhor análise quanto a carreira pública ao qual pertenciam e a possível influência no que tange à propensão ao endividamento. Observou-se que a grande maioria pertence a carreiras na área de Educação, representando 69% do total dos respondentes, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 2 - Grau de escolaridade dos respondentes



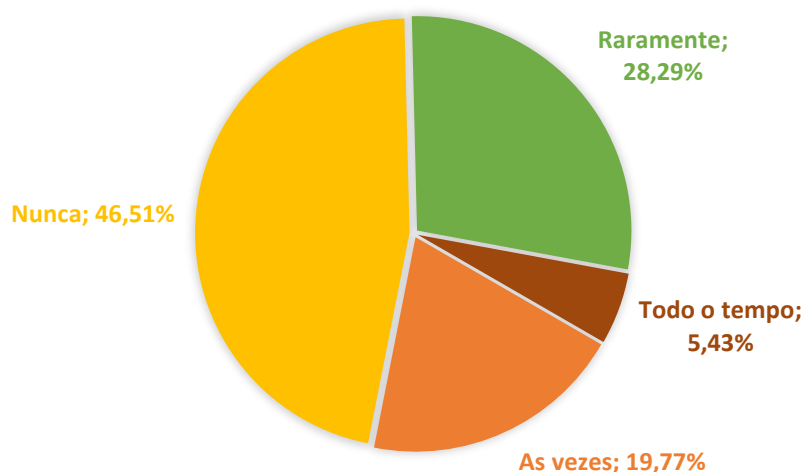
Questionou-se também sobre o grau de escolaridade, sendo este dado de relevante importância para a pesquisa, pois pode influenciar no nível de educação financeira do indivíduo e, conseqüentemente, o grau de propensão ao superendividamento. A partir do Gráfico 2, nota-se que 87,21% dos respondentes possuem grau de escolaridade superior ao nível de graduação (41,86% para Especialização/Pós-Graduação Lato Sensu, 23,64% para Mestrado e 21,71% para Doutorado). O alto nível de escolaridade dos respondentes pode ser explicado devido a grande maioria pertencer a cargos da área de Educação, que geralmente possuem planos de carreira baseados em níveis de escolaridade e também conferem incentivos à capacitação acadêmica.

Gráfico 3 - Relação ganho x gastos dos respondentes



O Gráfico 3 demonstra o resultado da informação a respeito da relação entre o ganho e o gasto mensal dos indivíduos, relevante informação que pode contribuir diretamente para o entendimento do fenômeno do superendividamento. Segundo os dados obtidos, mais da metade dos respondentes gastam menos do que ganham (58,75%) o que demonstra uma possível tendência à poupança. Já 31,13% gastam igual ao que ganham, o que pode representar um equilíbrio entre ganhos e gastos, mas pouca preocupação com riscos futuros e 10,12% gastam mais do que ganham, o que já pode caracterizar algum nível de endividamento, o que pode levar à busca de fontes de financiamento para a cobertura dos gastos mensais.

Gráfico 4 - Dependência de crédito para pagar os gastos da vida cotidiana



A dependência do crédito para o pagamento dos gastos da vida cotidiana é de grande importância para a análise do fenômeno estudado. Em consonância com os dados do Gráfico 3, o Gráfico 4 mostra taxas similares quanto ao nível de dependência de crédito, já que indivíduos que gastam mais do que ganham necessitam de algum tipo de complementação para honrar com as próprias dívidas. Dessa forma cabe ressaltar o trabalho de Paula *et al.* (2016) que demonstra que o empréstimo consignado pode resolver uma dificuldade financeira momentânea, porém, a médio e longo prazo, pode agravar ainda mais o desequilíbrio orçamentário familiar

Segundo o levantamento, 5,43% dos indivíduos dependem o tempo todo de crédito para pagar os próprios gastos, e 19,77% recorrem as vezes ao crédito. Uma vez que o Gráfico 3 aponta que a maioria dos respondentes gastam menos do que ganham, o Gráfico 4 também aponta que a maioria nunca precisa de crédito para pagar os gastos cotidianos (46,51%). Dessa forma, conforme observado na pesquisa de Acordi (2019), cabe ressaltar que muito mais importante que a renda recebida é a percepção que se tem de que o dinheiro é suficiente para satisfazer as necessidades.

Uma vez explorado o perfil dos respondentes, a pesquisa buscou em seguida compreender os fatores comportamentais que podem ser propensos ao superendividamento. Para tanto, utilizou-se a escala quantitativa likert, que é formada por cinco pontos, que variam de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). As tabelas que seguem apresentam as estatísticas descritivas (média, mediana e desvio padrão) das questões do questionário, divididas pelos fatores comportamentais apresentadas na metodologia da pesquisa, que são a educação financeira, percepção de risco, comportamento de risco, emoções, materialismo, endividamento e valores do dinheiro.

Tabela 3 - Estatística descritiva da escala de Educação Financeira

	Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão
1	Me preocupo em gerenciar melhor meu dinheiro.	4,63	5,00	0,64

2	Anoto e controlo todas as minhas despesas pessoais	3,58	4,00	1,16
3	Defino metas financeiras	3,76	4,00	1,09
4	Sigo um orçamento ou um plano de despesas semanal ou mensal.	3,43	4,00	1,24
5	Fico mais de um mês sem controlar meus gastos.	2,02	1,00	1,30
6	Estou satisfeito com meu próprio jeito de controlar minhas finanças.	3,28	3,00	1,28
7	Pago minhas contas sem demora.	4,70	5,00	0,72
8	Sou capaz de identificar os custos do que compro no cartão de crédito	4,46	5,00	0,90
9	Uso cartões de crédito porque não há dinheiro disponível para cobrir algumas despesas.	2,03	1,00	1,27
10	Ao comprar com crédito, faço uma comparação entre as opções de crédito disponíveis	3,90	4,00	1,00
11	Mais de 10% da minha renda do próximo mês está comprometido com compras a crédito (exceto financiamento de imóvel e carro).	3,04	3,00	1,28
12	Pago completamente a fatura do cartão de crédito para evitar cobranças financeiras (juros e multas).	4,84	5,00	1,64
13	Verifico as faturas do cartão de crédito para examinar erros e cobranças não autorizadas.	4,40	5,00	0,55

A Tabela 3 demonstra a análise da Educação Financeira dos respondentes. As questões de 1 a 7 abordam a temática da gestão financeira, tendo destaque a questão “Pago minhas contas em dia” (média 4,70; mediana 5; desvio padrão 0,72), seguida da questão “Me preocupo em gerenciar melhor meu dinheiro (média 4,63; mediana 5; desvio padrão 0,64). A menor mediana atribuída a esta temática foi a variável “Fico mais de um mês sem controlar meus gastos”. De maneira geral, a gestão financeira

dos indivíduos demonstrou ser satisfatória, pois preocupam-se em pagar as contas em dia e gerenciar melhor o próprio dinheiro.

Já as questões 8 a 13 tratam de questões sobre a utilização de crédito, principalmente da utilização do cartão de crédito. Os resultados demonstraram uma boa utilização desta ferramenta financeira, uma vez que a maioria se preocupa em pagar completamente a fatura do cartão de crédito para evitar juros e multas (média 4,84; mediana 5; desvio padrão 1,64) e também evitam a utilização dos cartões de crédito porque não há dinheiro disponível para cobrir algumas despesas (média 2,03; mediana 1; desvio padrão 1,27). Como investigado por Souza (2019), a variável escolaridade é relevante para a análise econômica do endividado do setor público brasileiro.

Tabela 4 - Estatística descritiva da escala de Percepção de Risco

	Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão
14	Economizo dinheiro todos os meses.	3,50	4,00	1,40
15	Economizo para comprar produtos mais caros	2,91	3,00	1,44
16	Tenho uma reserva financeira maior ou igual a três vezes a renda mensal que pode ser usada em casos inesperados	3,12	3,00	1,65
17	Comparo os preços ao comprar algo.	4,47	5,00	0,80
18	Analiso minhas finanças pessoais em profundidade antes de fazer qualquer compra importante.	4,14	4,00	1,07
19	Compro impulsivamente.	2,16	2,00	1,07
20	Prefiro comprar algo parcelado do que economizar e comprá-lo em dinheiro.	2,02	2,00	1,24

O comportamento quanto à propensão à poupança foi analisada nas questões 14 a 16. As médias obtidas nas respostas encontram-se, de certa forma, no ponto médio da escala, mostrando uma posição equilibrada entre os extremos de não

economizar e economizar sempre, porém com um destaque para a questão “Economizo dinheiro todos os meses” (média 3,50; mediana 4; desvio padrão 1,40). A seguir, as questões 17 a 20 analisam o comportamento perante as compras pessoais. De modo geral, observa-se que os respondentes evitam a compra por impulso. A variável “Comparo os preços ao comprar algo” evidencia bem este comportamento de racionalidade no consumo (média 4,47; mediana 5; desvio padrão 0,80), e a variável “Compro Impulsivamente” teve baixo concordância pelos respondentes (média 2,19; mediana 2; desvio padrão 1,07). Conforme apontado por Flores (2012), os indivíduos com maior percepção de risco tendem a possuírem menores níveis de endividamento, pois tal comportamento impedirá a realização de gastos não planejados.

Tabela 5 - Estatística descritiva da escala de Comportamento de Risco

	Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão
21	Gasto uma grande quantia de dinheiro na loteria.	1,13	1,00	0,48
22	Aceito ser fiador de alguém.	1,55	1,00	0,94
23	Gasto dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências.	1,54	1,00	0,91
24	Invisto em negócios com grandes chances de não funcionar bem. (Sem pesquisa, só acreditando...)	1,24	1,00	0,57
25	Empresto uma grande proporção do dinheiro da renda pessoal a um amigo ou parente.	1,45	1,00	0,78

As perguntas de número 21 a 25 abordaram a questão do comportamento de risco, conforme a Tabela 5. Todas as respostas obtiveram mediana no valor de 1, e médias baixas quando comparado ao restante do questionário, com médias baixas quando comparado ao restante do questionário, com destaque para as questões “Aceito ser fiador de alguém” e “Gasto dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências”, o que nos mostra um comportamento de aversão ao risco e à impulsividade perante questões financeiras. Tal resultado vai ao encontro de Silva et al. (2017), que observa um perfil mais conservador no que diz respeito às decisões

financeiras dentre os servidores públicos e, por conseguinte, menor propensão ao risco.

Tabela 6 - Estatística descritiva da escala de Emoções

	Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão
26	Eu me sentiria envergonhado ...caso estivesse com graves problemas financeiros	3,99	4,00	1,22
27	Eu me sentiria nervoso.	4,36	5,00	0,95
28	Eu me sentiria deprimido.	4,12	4,50	1,07
29	Meu sono seria afetado.	4,26	5,00	1,04
30	Meus hábitos alimentares seriam afetados.	3,94	4,00	1,16
31	Eu beberia mais do que o habitual.	1,78	1,00	1,23

A tabela 6 apresenta as questões que investigaram os impactos emocionais que os indivíduos sofreriam caso estivessem com graves problemas financeiros. Os dados obtidos foram de relevante importância pois foi possível compreender ainda melhor a relação das emoções com o comportamento de risco.

As questões com maiores medianas, “Eu me sentiria nervoso” (média 4,36; mediana 5; desvio padrão 0,95) e “Meu sono seria afetado” (média 4,26; mediana 1,04; desvio padrão 1,04) apontam para possíveis consequências na saúde física e psicológica que uma problemática financeira poderia causar nos indivíduos. Isso também nos permite inferir o motivo de a aversão ao risco e impulsividade ser grande nos respondentes, a fim de evitarem consequências emocionais. Tais resultados vão ao encontro dos estudos de Soares, Cavalhero e Trevisan (2017), no qual afirmaram que os problemas financeiros podem causar um impacto negativo na saúde dos servidores públicos e, conseqüentemente, um aumento nos gastos do Governo com pessoal.

Tabela 7 - Estatística descritiva da escala de Materialismo

	Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão
37	Admiro pessoas que possuem casas caras, carros e roupas.	2,15	2,00	1,19
38	Eu gosto de gastar dinheiro em coisas caras.	1,85	2,00	0,96
39	Minha vida seria muito melhor se eu tivesse coisas que realmente não tenho.	1,96	2,00	1,11
40	Comprar me dá prazer.	2,91	3,00	1,19
41	Eu ficaria mais feliz se pudesse comprar mais coisas.	2,68	3,00	1,35
42	Eu gosto de possuir coisas para impressionar outras pessoas.	1,39	1,00	0,73
43	Eu gosto de ter muito luxo na minha vida.	1,78	1,00	0,99
44	Incomoda-me quando não posso comprar tudo o que quero.	2,23	2,00	1,19
45	Gastar muito dinheiro está entre as coisas mais importantes da minha vida.	1,29	1,00	0,66

As questões 37 a 45 buscaram analisar o comportamento perante o materialismo, conforme a Tabela 7. De maneira geral, conforme as médias apresentadas pelas respostas das questões, os respondentes apresentam um baixo nível de materialismo. Apesar de ter sido baixo o nível de relação entre dinheiro e status, como por exemplo a questão “Eu gosto de possuir coisas para impressionar outras pessoas” (média 1,39; mediana 1; desvio padrão 0,73), houve um nível mais considerável quando analisada a relação entre dinheiro e prazer, como no caso da questão “Comprar me dá prazer” (média 2,91; mediana 3; desvio padrão 1,19).

Vale ressaltar que níveis altos de materialismo desestimulam a formação de poupança. No Brasil embora poucos poupem muito, a imensa maioria dos brasileiros nada ou nunca poupa para velhice. A expansão da previdência complementar e da poupança de longo prazo deve ser considerada como de interesse nacional. (AFONSO; ABREU; HECKSHER, 2019)

Tabela 8 - Estatística descritiva da escala de Endividamento

	Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão
46	Não é correto gastar mais dinheiro do que eu ganho.	4,80	5,00	0,69
47	É melhor juntar dinheiro primeiro e depois gastá-lo.	4,45	5,00	0,91
48	Sei exatamente quanto devo nas lojas, nos cartões de crédito ou no banco.	4,49	5,00	0,89
49	Eu acho que é normal que as pessoas estejam em dívida para pagar suas contas. (Não seria adquirir bens)	2,02	2,00	1,04
50	Prefiro comprar parcelado do que esperar para reunir dinheiro para comprar em dinheiro.	2,50	3,00	1,23
51	É importante saber como controlar as despesas em minha casa.	4,79	5,00	0,51
52	Prefiro pagar parcelado mesmo que o total seja mais caro.	1,72	1,00	1,00
53	As pessoas ficariam decepcionadas comigo se soubessem que eu tenho uma dívida.	2,17	2,00	1,28
54	Não há problema em ter uma dívida se eu sei que posso pagar.	3,66	4,00	1,29

A Tabela 8 apresenta os resultados das questões 46 a 54, que tratam diretamente do tema endividamento, no qual é o foco principal de investigação deste trabalho. As questões 46, 49, 53 e 54 abordam questões morais quanto ao endividamento, já as questões 47, 48, 50, 51 e 52 analisam o autocontrole dos indivíduos. Percebe-se de maneira geral que os respondentes acreditam não ser correta a situação devedora, como apresentado na questão “Prefiro pagar parcelado mesmo que o total seja mais caro” (média 1,72; mediana 1; desvio padrão 1) e acreditam também ser importante ter controle financeiro, como na questão “Não é correto gastar mais dinheiro do que eu ganho” (média 4,80; mediana 5; desvio padrão 0,69). Tal constatação na população investigada é de significativa importância, uma vez

que os instrumentos de crédito direcionados aos servidores públicos são de fácil acesso devido às características específicas do regime de trabalho, como estabilidade e previsibilidade de pagamento. (SOUZA, 2015)

Tabela 9 - Estatística descritiva da escala de Valores do Dinheiro

	Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão
55	Dinheiro me ajuda a ser feliz.	3,31	3,00	1,15
56	Quem possui dinheiro possui mais autoridade sobre os outros.	2,45	2,00	1,34
57	O dinheiro gera suspeitas entre as pessoas.	2,96	3,00	1,29
58	Recompensas espirituais são mais importantes do que dinheiro.	3,90	4,00	1,18
59	Dinheiro causa angústia.	2,60	3,00	1,26
60	O dinheiro constrói um lugar melhor.	3,45	3,00	1,07
61	Quem tem dinheiro é valorizado socialmente.	3,90	4,00	1,07
62	Investiria dinheiro em pesquisa científica.	3,78	4,00	1,14
63	Serei completamente realizado quando chegar à situação que me propus.	3,59	4,00	1,11

Por fim, as últimas questões do questionário (55 a 63) abordaram a temática de valores do dinheiro. De modo geral, foi observado que é atribuído mais importância para as recompensas espirituais do que para o dinheiro, contudo também é observado que as pessoas que possuem dinheiro são valorizadas socialmente, como na questão 61 (média 3,90; mediana 4; desvio padrão 1,07).

4.2. Análise Fatorial Exploratória

Com a utilização da análise fatorial foi possível trabalhar com o problema de analisar a estrutura das correlações do grande número de variáveis fornecidos pelo

questionário aplicado na pesquisa, definindo assim um conjunto de dimensões latentes comuns, chamadas de fatores (HAIR et al., 2005).

Nesta segunda etapa da pesquisa, foram explorados os conjuntos de respostas das perguntas do questionário, com objetivo de elaborar uma nova estrutura latente que explicasse o comportamento dos servidores quanto à propensão ao endividamento. Portanto, no primeiro momento, avaliou-se a correlação entre as variáveis (perguntas), em seguida o teste de “esfericidade de Bartlett’s” e o teste “Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)”, e derivando por fim o modelo fatorial.

4.2.1. Testes esfericidade de Bartlett e teste Kaiser-Meyer-Olkin

A fim de verificar as evidências descritivas relacionadas aos aspectos de comportamento em relação a temática do endividamento, foi realizada uma análise fatorial das variáveis que compõem o questionário. Para prosseguir com a análise fatorial, o teste de esfericidade de Bartlett e o teste KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) foi realizado.

Tabela 10 – Resultado do teste de KMO e esfericidade de Bartlett’s

Kaiser-Meyer-Olkin	0,772
Bartlett’s Qui-quadrado	6758,72
GI	2016
p-valor	0

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Ao analisar a Tabela 10, verifica-se um p-valor (significância) de 0,00. Ou seja, indica a presença de correlações entre as variáveis. Em relação ao teste KMO, estimou-se um valor de 0,0,772, referido por Hair et al. (2005) como “mediano”, mas aceitável. Deste modo, essas medidas sugerem que o conjunto de indicadores (matriz de correlação) é adequado para uso da análise fatorial.

4.2.2. Resultado do modelo fatorial

Em seguida, foi analisada a tabela de comunalidades com o intuito de eliminar os atributos que apresentam baixo grau de explicação do que se caracterizou como comportamento e também para agrupar as variáveis em dimensões.

Tabela 11 – Orientações para identificação de cargas fatoriais

Carga fatorial	Tamanho necessário da amostra para significância
0,30	350
0,35	250
0,40	200
0,45	150
0,50	120
0,55	100
0,60	85
0,65	70
0,70	60
0,75	50

Fonte: HAIR et al., (2005, pg 115)

Após a rodada do teste, foram verificadas as variáveis que apresentaram carga fatorial inferior a 0,35, pois, segundo Hair et al. (2005), esta é a carga fatorial mínima para o tamanho de amostra de 268 respostas deste questionário, conforme a Tabela 11.

Tabela 12 – Agrupamento das variáveis em fatores

VARIÁVEL	IMPULSIVIDADE	EMOÇÕES	STATUS	VALORES	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	RISCO	STRESS	ALFA DE CRONBACH
23	0,642							0,783
19	0,640							
9	0,560							
5	0,548							
52	0,515							
20	0,461							
50	0,435							
33		0,648						0,836
34		0,602						
28		0,594						

55	0,571					
39	0,541					
41	0,531					
30	0,522					
36	0,511					
26	0,470					
56	0,452					
44	0,452					
31	0,439					
37	0,426					
43	0,411					
61	0,408					
40	0,378					
38	0,373					
35	0,357					
1	0,297					
47	0,280					
63	0,280					
32	0,241					
53	0,234					
18	0,200					
45		0,383				
42		0,371				
15		0,355				0,397
14		0,302				
60		0,288				
49		0,274				
58			0,406			
46			0,368			
48			0,304			0,469
7			0,297			
51			0,275			
62			0,233			
2				0,418		
4				0,380		
3				0,372		0,601
13				0,341		
11				0,298		
6				0,242		
25					0,529	
59					0,486	
57					0,451	
24					0,342	0,454
22					0,321	
16					0,221	
12					0,220	

29						0,357	0,451
10						0,334	
21						0,302	
27						0,288	
17						0,254	
8						0,232	

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Com a tabela de comunalidades realizada, foi possível identificar quais variáveis possuem um baixo grau de explicação e agrupar as variáveis em dimensões, que possibilitam uma maior explicação para a relação das questões propostas com o fenômeno estudado, que foram nomeadas de 1 – IMPULSIVIDADE, 2 – EMOÇÕES, 3 – STAUTS, 4 – VALORES, 5 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 6 – RISCO e 7 – STRESS, conforme sintetizado na Tabela 12

4.3. Teste de hipóteses

O teste de hipótese foi realizado com a utilização do método de regressão logística, que é uma forma especializada de regressão formulada com a finalidade de se prever e explicar uma variável categórica binária (dois grupos), ou seja, investigar a possibilidade de ocorrência de um determinado evento. (HAIR, 2005).

4.4. Definição da variável binária

Foram selecionadas as variáveis que, além de possuírem carga fatorial significativa na pesquisa (superior a 0,350), apresentam perguntas com indicativo de comportamento propenso ao endividamento ou ao autocontrole. Para tanto, respalda-se no trabalho de Flores (2012) que identificou que a tendência ao endividamento pode ser influenciado por fatores comportamentais. Dessa forma, foram selecionadas as variáveis para a análise da regressão logística conforme discriminado na Tabela 13.

Tabela 13 - Variáveis selecionadas para a Regressão Logística

Variável	Questão	Carga Fatorial
2	Anoto e controlo todas as minhas despesas pessoais	0,418
3	Defino metas financeiras	0,372
4	Sigo um orçamento ou um plano de despesas semanal ou mensal.	0,380
5	Fico mais de um mês sem controlar meus gastos.	0,548
9	Uso cartões de crédito porque não há dinheiro disponível para cobrir algumas despesas.	0,560
10	Ao comprar com crédito, faço uma comparação entre as opções de crédito disponíveis	0,334
15	Economizo para comprar produtos mais caros	0,355
19	Compro impulsivamente.	0,640
20	Prefiro comprar algo parcelado do que economizar e comprá-lo em dinheiro.	0,461
23	Gasto dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências.	0,642
25	Empresto uma grande proporção do dinheiro da renda pessoal a um amigo ou parente.	0,529
37	Admiro pessoas que possuem casas caras, carros e roupas.	0,426
38	Eu gosto de gastar dinheiro em coisas caras.	0,373
39	Minha vida seria muito melhor se eu tivesse coisas que realmente não tenho.	0,541
40	Comprar me dá prazer.	0,378
41	Eu ficaria mais feliz se pudesse comprar mais coisas.	0,531
42	Eu gosto de possuir coisas para impressionar outras pessoas.	0,371
43	Eu gosto de ter muito luxo na minha vida.	0,411
44	Incomoda-me quando não posso comprar tudo o que quero.	0,452
45	Gastar muito dinheiro está entre as coisas mais importantes da minha vida.	0,383
46	Não é correto gastar mais dinheiro do que eu ganho.	0,368
50	Prefiro comprar parcelado do que esperar para reunir dinheiro para comprar em dinheiro.	0,435
52	Prefiro pagar parcelado mesmo que o total seja mais caro.	0,515
55	Dinheiro me ajuda a ser feliz.	0,571

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

A fim de verificar a probabilidade de um indivíduo da população investigada endividar-se, estimou-se dois grupos, “A” e “B”. O grupo A consiste nos indivíduos que possuem tendência ao endividamento, e o grupo B os que possuem aversão ao endividamento (ou autocontrole). Salienta-se que, segundo Flores (2012), pessoas que classificam o dinheiro como forma de *status* tendem a manter um elevado nível de consumo que, em caso de descontrole, pode levar ao endividamento.

Para a realização do cálculo da variável binária que definiu a alocação de cada respondente no grupo A ou B, conforme as respostas fornecidas no questionário, foi utilizado o software *Excel*, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$= SE \left(\left(\frac{V2 + V3 + V4 + V5 + V9 + (...) + V55}{n} \right) > 3; "A"; "B" \right)$$

Na Tabela 14 a seguir pode-se observar a classificação inicial dos casos com a observação dos grupos que os respondentes foram alocados de acordo com a propensão ao endividamento (A ou B). A partir dos dados apresentados, nota-se que o modelo estatístico apresenta uma classificação prévia dos casos sem a utilização das variáveis independentes. Os 19 indivíduos observados como tipo A foram incorretamente classificados como tipo B, constituindo 0% de acerto. Os 239 casos observados como tipo B foram classificados corretamente como tipo B, constituindo 100,0% de acerto. O modelo estatístico também apresentou o resultado global no qual o percentual de acerto é de 92,6%. O resultado global é utilizado para comparar o acréscimo de acerto do modelo estatístico após a inclusão das variáveis independentes.

Tabela 14 - Classificação Inicial dos Dados

Observado		Previsto		
		TIPO		Porcentagem correta (%)
		A	B	
TIPO	A	0	19	0,0
	B	0	239	100,0
Porcentagem global (%)				92,6

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Em seguida, na tabela 15 pode ser verificada a estatística de Wald referente à significância da variável constante incluída no modelo de regressão. O objetivo da estatística de Wald é auferir a significância do coeficiente logístico na regressão logística, conforme afirma Hair (2005). Dessa forma, a estatística de Wald é de 112,841 com significância de 0,000, ou seja, esse resultado mostra que a variável

constante do modelo de regressão é significativa (sig. < 0,05). Assim, conclui-se que a regressão logística é significativa e coopera para formular previsões sobre a disposição ao endividamento.

Tabela 15 - Estatística Wald para a constante do modelo de regressão

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 0	Constante	2,532	0,238	112,841	1	0,000	12,579

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.⁴

Conforme a Tabela 16, também foram obtidos os pseudos-R² de Cox & Snell e de Nagelkerke. Estes resultados avaliam o desempenho geral do modelo de regressão para que seja possível prever a propensão ao endividamento, portanto, o resultado de R² Cox & Snell indica que cerca de 40,9% das variações ocorridas no log da razão de chance são explicadas pelas variações das variáveis independentes. O teste de Nagelkerke indica que as variáveis independentes influenciam 100% nas variações do logaritmo da razão de chance. O teste de Nagelkerke é considerado como uma versão adaptada de Cox & Snell, pois essa medida é limitada, no sentido de que não pode alcançar o valor máximo de 1. Portanto, Nagelkerke propôs uma modificação que possibilita o domínio de 0 a 1. (HAIR, 2005)

Tabela 16 - Resumo do modelo de regressão

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	,000 ^a	0,409	1,000

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor

O indicador Teste de Hosmer e Lemeshow foi utilizado para medir a correspondência entre os valores reais e os previstos da variável dependente. O melhor ajuste do modelo é apontado por uma menor diferença entre a classificação observada, a prevista e também por um valor qui-quadrado não-significante, conforme Hair (2005). Dessa forma, os dados apresentaram um Qui-quadrado de 0 e um nível de significância de 0,999 como demonstrado na tabela 17.

Tabela 17 - Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	0,000	1	0,999

⁴ B é o coeficiente Beta do modelo; S.E. é o erro padrão; Walt é resultado do teste Walt; df é o grau de liberdade; Sig. é o valor do p-valor para o teste Walt; Exp.(B) é o expoente de Beta (razão de chance); I. C. é o intervalo de confiança

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.⁵

Doravante, os valores previstos não são significativamente diferentes dos observados, o que deixa evidente que o modelo de regressão logística pode ser empregado para auferir a probabilidade de um indivíduo endividar-se.

Tabela 18 - Tabela de contingência para o teste de Hosmer e Lemeshow

Etapas	TIPO = A		TIPO = B		Total
	Observado	Esperado	Observado	Esperado	
1	19	19	7	7	26
2	0	0	16	16	16
3	0	0	216	216	216

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor

O teste de Hosmer e Lemeshow em 3 etapas (tabela 18), demonstra que não há diferença entre os valores observados e esperados.

Tabela 19 - Classificação final dos casos

	Observado	TIPO	Previsto		Porcentagem correta (%)
			A	B	
			Etapa 1	A	
	B	0	239	100,0	
	Porcentagem global			100,0	

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor

Em consonância com os resultados da tabela 18, a tabela 19 demonstra os resultados de classificação final dos casos com o uso do modelo de regressão logística, que foi de 100%.

⁵ df é o grau de liberdade; Sig. é o valor do p-valor para o teste

5. CONCLUSÕES

A fim de investigar os fatores que podem levar indivíduos a endividar-se, este trabalho teve como objetivo geral propor e validar um modelo de propensão ao endividamento. De forma específica foram verificadas a relação entre a baixa educação financeira com a disposição ao endividamento, a influência dos fatores que influenciam a tendência ao endividamento e a influência das características da população investigada com a temática do controle financeiro.

Com relação ao perfil socioeconômico, constatou-se que a amostra é constituída por um público de maioria do sexo feminino, casado e que possuem filhos e/ou dependentes. O público em geral possui alto nível de instrução levando em consideração que mais da metade possui titulação acima do nível de graduação e fazem parte de carreiras públicas na área de Educação. Foi observado um bom nível de educação financeira, sendo que somente 10,12% gastam mais do que ganham, apesar de que 25,20% dependem de crédito de forma recorrente ou eventual para lidar com as próprias despesas.

A aplicação da Análise Fatorial permitiu reduzir a quantidade das variáveis observadas em dimensões. Dessa forma, foram selecionadas as questões de maior relevância para a explicação do fenômeno da predisposição ao endividamento. A técnica de Regressão Logística possibilitou a construção de um modelo a fim de verificar a probabilidade de um indivíduo da população investigada endividar-se. Os resultados indicam que o modelo proposto foi significativo para classificar os respondentes que possuem disposição a endividar-se.

Com base nos resultados encontrados, é identificada a oportunidade de se aplicar investimentos institucionais com a temática da educação financeira para a capacitação de servidores, principalmente daqueles que sejam identificados como endividados ou propensos a endividar-se. Conforme apontado pela pesquisa de Dos Santos & Zanichelli (2017), é necessário ter um planejamento financeiro eficiente para evitar situações indesejadas e a inclusão de novos descontos na folha de pagamento, pois tais fatores podem desgastar a saúde financeira e aumentar o grau de endividamento. Dessa forma, espera-se uma contribuição relevante para a qualidade de vida dos servidores, uma vez que também foi identificado na presente pesquisa a

influência negativa nos fatores emocionais dos respondentes caso eles estejam com problemas financeiros, assim como também pontuado por Souza (2015).

Por fim, como implicação prática deste trabalho, espera-se que os resultados obtidos contribuam para uma maior compreensão do fenômeno da propensão ao endividamento e que sejam traçados caminhos para a ampliação e disseminação da educação financeira. Para trabalhos futuros, sugere-se a aplicação da pesquisa em públicos distintos, a fim de verificar a eficácia do modelo em populações com diferentes características demográficas.

Com a validação do modelo e sua robustez em proporcionar predição ao endividamento, é encaminhada no tópico seguinte uma proposta de intervenção elaborada pelo autor a partir dos resultados desta pesquisa. A iniciativa de capacitação em educação financeira, além de oferecer aos servidores envolvidos os benefícios colhidos pelo presente trabalho, irá também ser um instrumento de coleta de dados para aperfeiçoamento futuro da ação.

6. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A presente pesquisa apresentou um modelo de auxílio na identificação na propensão ao endividamento com base nos dados colhidos junto ao público-alvo, que foram servidores públicos. Partindo de tal proposta, aliada com os dados e modelos sugeridos por outros autores que também estudaram o fenômeno do endividamento, passa-se a indicações de medidas específicas para que os resultados deste trabalho tenham aplicações práticas e prestem o devido retorno à sociedade.

Os dados apontam que determinados comportamentos podem ser indicativos de um futuro (ou até presente) comprometimento excessivo da renda pessoal, podendo causar impactos tanto materiais como psicológicos nos servidores. Portanto, é importante observar que tal assunto é de relevância institucional, uma vez que danos emocionais podem comprometer a produtividade no trabalho e por isso gerar gastos adicionais por parte do Governo. A fim de construir um possível caminho para a aplicação prática desta pesquisa, evoca-se o que a própria literatura abordada neste trabalho já apontou: a Educação Financeira.

6.1. Plano de ação

Como a Educação Financeira se insere, de maneira geral, nas iniciativas de capacitação dos órgãos públicos, o primeiro passo para a implementação do projeto é a apresentação para a área de gestão de pessoas do órgão a fim de se obter tanto aprovação quanto o apoio técnico. O plano de ensino será apresentado contendo toda a ementa do curso, seus objetivos, a metodologia e o conteúdo programático dos 2 dias nos quais serão dedicados para a capacitação, totalizando 12 horas/aula de carga horária. Serão apresentados, além da teoria, casos práticos e aplicados exercícios de fixação do conteúdo. Será utilizada uma bibliográfica básica durante o curso de fácil acesso e entendimento e serão indicadas mais leituras complementares durante as explicações.

A partir do aceite, a área responsável pela comunicação interna da instituição divulgará a iniciativa de educação financeira para os servidores, juntamente com o

questionário desenvolvido na pesquisa para que os interessados o respondam. A comunicação poderá ser por meio de e-mail institucional, material impresso ou qualquer outro meio de comunicação oficial, a fim de tornar cientes todos os servidores da nova iniciativa de capacitação.

Com o fim do período de divulgação, a área responsável pela comunicação irá reunir todos os questionários respondidos pelos servidores e os encaminhará tanto para a Gestão de Pessoas quanto para o pesquisador, a fim de recolher dados para o aperfeiçoamento do projeto. Em seguida, a Gestão de Pessoas fará a análise de quantos servidores é possível atender nesta primeira aplicação do projeto, a fim de garantir a qualidade da capacitação e dar prioridade para aqueles que apresentaram um perfil mais propenso ao endividamento, conforme o modelo desenvolvido pelo pesquisador.

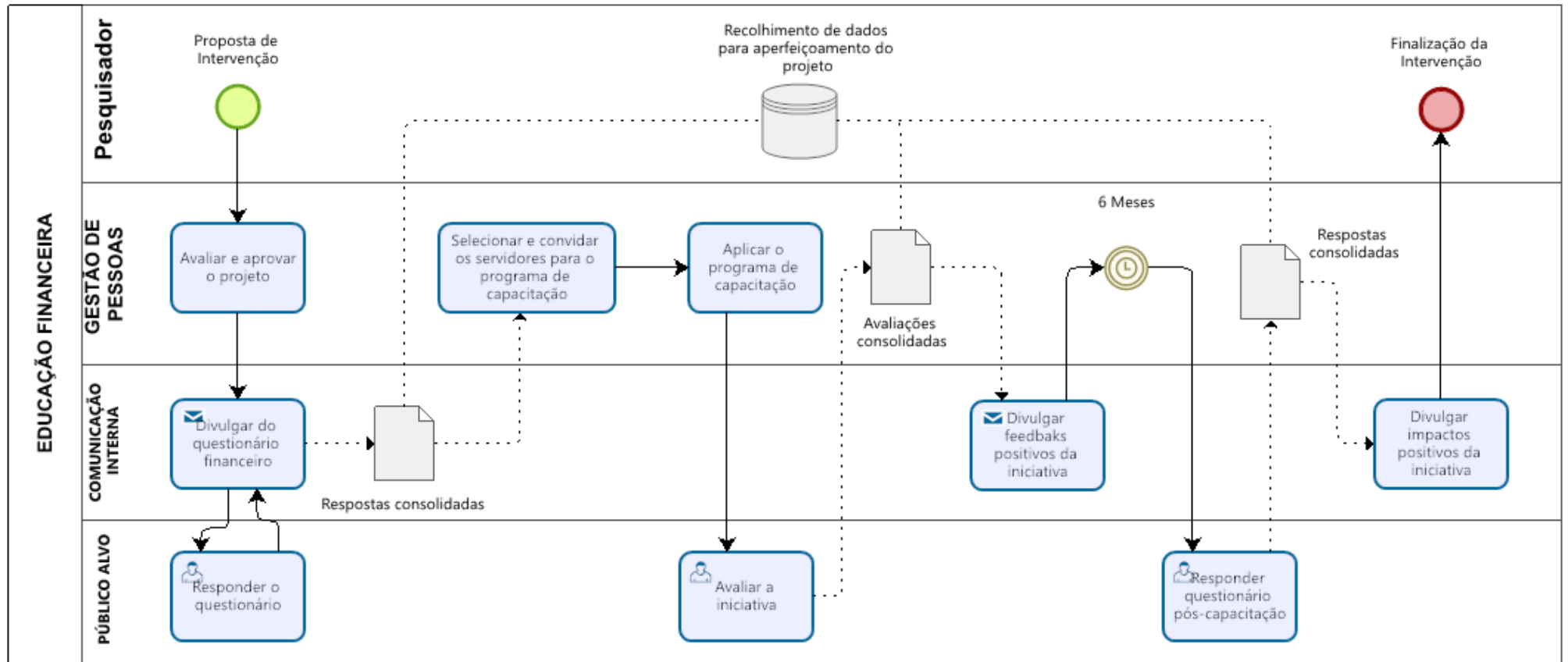
Uma vez realizada a iniciativa de capacitação em Educação Financeira com os servidores, os mesmos irão responder uma avaliação sobre o curso ministrado. A Gestão de Pessoas irá reunir as avaliações, enviará para o pesquisador e depois irá selecionar os feedbacks positivos para que a Comunicação Interna dê amplo conhecimento no órgão em questão para motivar os servidores que não participaram a se engajarem na próxima iniciativa do projeto.

Passados 6 meses da capacitação, os participantes irão responder uma nova avaliação sobre as eventuais mudanças de comportamento em relação às finanças pessoais após a participação no curso de Educação Financeira. As respostas serão consolidadas para serem enviadas ao pesquisado, e serão divulgados pela Comunicação Interna os casos de mudanças percebidas como positivas pelos participantes, a fim de conscientizar o público sobre o impacto positivo da Educação Financeira na qualidade de vida.

Com todas as informações recolhidas pelo pesquisador durante a intervenção efetuada no órgão, será possível realizar novas análises sobre o fenômeno do endividamento dos servidores públicos e elaborar uma proposta ainda melhor para que a iniciativa de capacitação em Educação Financeira seja contínua e traga mudanças efetivas para a comunidade.

A figura 9 apresenta um fluxo para o processo da Proposta de intervenção. O modelo prevê um caminho que se inicia no trabalho do pesquisador, passa pela Gestão de Pessoas e culmina com o acolhimento da proposta no público-alvo.

Figura 9 - Fluxo do processo da Proposta de intervenção



Fonte: Elaborado pelo auto

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDI, F. P. C. Finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida do servidor. **Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, 2019.

AFONSO, J. R.; ABREU, T. F. R.; HECKSHER, M. D. A Baixa e Decrescente Poupança Brasileira. **Economic Analysis of Law Review**, v. 10, n. 1, p. 220–247, 2019.

BERNHEIM, B. D.; GARRETT, D. M.; MAKI, D. M. Education and saving:: The long-term effects of high school financial curriculum mandates. **Journal of public Economics**, v. 80, n. 3, p. 435–465, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** Brasília, DF Presidência da República, , 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BUENO, M. L.; DE LIMA CAMARGO, L. O. **Cultura e consumo: Estilos de vida na contemporaneidade** Senac, , 2008.

CAMPBELL, J. Y. Household Finance. **The Journal of Finance**, v. 61, n. 4, p. 1553–1604, 2006.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira**. [s.l.] Le Livro, 2009.

CLAUDINO, L. P., NUNES, M. B., & SILVA, F. C. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. **Anais do SEMEAD - Seminários em Administração, São Paulo, SP, Brasil.**, v. 12, 2009.

CNC. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) - fevereiro 2020. p. 9–12, 2020.

COLLARES, C. L. Endividamento dos servidores ativos, aposentados e Pensionistas do poder executivo do estado do ceará com empréstimos consignados. **Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/16949>>. Acesso em 20 de março de 2020.**, p. 5–10, 2019.

COSTA, C. M. Educação Financeira E Taxa De Poupança No Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 3, p. 57–74, 2013.

DA SILVA, J. G.; NETO, O. S. S.; DA CUNHA ARAÚJO, R. C. Educação Financeira de Servidores Públicos: Hábitos de Consumo, Investimento e Percepção de Risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 2, p. 104–120, 2017.

DANIEL, M. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, v. 13, n. 28, p. 33–63, 2007.

DOUGLAS, M. O mundo dos bens, vinte anos depois. **Horizontes Antropológicos**, v. 13, n. 28, p. 17–32, 2007.

FEBRABAN. Relatório anual 2018. 2018.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M. Propensity toward indebtedness: An analysis using behavioral factors. **Journal of Behavioral and Experimental Finance**, v. 3, p. 1–10, 2014.

GANS, E. B. S. et al. A importância da educação financeira para a estabilidade econômica e independência financeira de pessoas de baixa renda. **Revista FAE**, v. 1, p. 93–102, 2016.

GOSLING, M.; GONÇALVES, C. A. **Modelagem por Equações Estruturais: Conceitos e Aplicações** **FACES R. Adm.**, 2003.

HAIR, J. F. ET AL. **Análise Multivariada de Dados**. 5ª ed. [s.l.] Bookman editora, 2005.

KARLAN, D. Comprometido com o poupar: Usando economia comportamental para motivar as pessoas. **Guia de economia comportamental e experimental**, n. 1, p. 104–108, 2015.

KLINE, R. B. **Principles and Practice of Structural Equation Modeling**. 3ª ed. [s.l.] Guilford publications, 2011.

LUSARDI, A. The Importance of Financial Literacy. **NBER Reporter**, v. 2, p. 13–16, 2009.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 65, 2013.

MELO, M. A. F. **Educação Financeira, Poupança e Investimento**. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e

Pesquisa, , 2016.

MESSIAS, J. F.; DA SILVA, J. U.; CALDERONI SILVA, P. H. Marketing, crédito & consumismo: Impactos sobre o endividamento precoce dos jovens brasileiros. **Revista Eniac Pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 43–59, 2015.

OECD. National Strategies For Financial Education. **Disponível em:** < <http://www.oecd.org/> > **Acesso em: março. 2020**, 2015.

PAULA, A. et al. Empréstimos Consignados E Endividamento Familiar: Estudo Junto a Servidore(a)S Público(a)S Federais Em Pernambuco. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, n. 2, p. 152–174, 2016.

REIS, D. L. et al. Finanças pessoais: a importância da educação. 2019.

ROBERT S. PINDYCK, D. L. R. **Microeconomia.pdf**, 2006.

ROCHA, A. S. DA; FREITAS, F. P. C. DE. O superendividamento, o consumidor e a análise econômica do direito. 2010.

ROGERS, P.; FAVATO, V.; SECURATO, J. R. Efeito educação financeira no processo de tomada de decisões em investimentos: Um estudo a luz das finanças comportamentais. **II Congresso ANPCONT-Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Salvador/BA**, p. 3, 2008.

SOARES, J.; CAVALHERO, A.; TREVISAN, R. Pesquisa De Diagnóstico: O Endividamento De Servidores Públicos Estaduais Com Empréstimos Consignados E Seus Efeitos. **X Consad**, p. 16, 2017.

SOUZA, D. DA R. Endividamento do Servidor Público : uma análise econômica da situação na UnB. p. 87, 2015.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 9, n. 3, p. 61–86, 2011.

YOSHINAGA, C. E. et al. Finanças comportamentais: Uma introdução. **Revista de Gestão USP, São Paulo**, v. 15, n. 3, p. 25–35, 2008.

APÊNDICES

Apêndice I - Plano de Ensino da capacitação em Educação Financeira

DISCIPLINA	EDUCAÇÃO FINANCEIRA
INSTRUTOR	MAKÁRIO LUIZ OROZIMBO JÚNIOR
CARGA HORÁRIA:	12H
EMENTA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução à educação financeira: orçamento pessoal, poupança, gastos correntes, receitas, despesas, fluxo de caixa. 2. O conceito de finanças pessoais; Vida Financeira; Comportamento financeiro; Orçamento e Planejamento Financeiro pessoal e familiar. 3. Investimento pessoal, princípios básicos do processo de planejamento financeiro pessoal, as etapas do processo de planejamento financeiro. Risco. 4. Endividamento saudável e prejudicial. Evitando a armadilha do endividamento. Compras; Modalidades de Crédito. Dívidas 5. Importância do planejamento da aposentadoria. 6. Introdução a diversificação de investimentos. Comparação risco x retorno entre alternativas de investimento. Escolha entre alternativas de investimento
OBJETIVOS	Desenvolver competências que permitem consumir, poupar e investir de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura melhor qualidade de vida. Conhecer o universo financeiro e tomar decisões financeiras adequadas, que fortaleçam o comando autônomo da própria vida e, por extensão, do âmbito familiar e comunitário.
METODOLOGIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exposição pelo instrutor de conceitos teóricos e as suas aplicações na vida cotidiana; 2. Atividades práticas de elaboração de planejamento de metas pessoais;

	<p>3. Elaboração de um orçamento pessoal por cada aluno assistida pelo instrutor, com estimativa de despesas e da formação de provisão e reserva.</p> <p>4. Exercício de conscientização dos próprios desejos e a relação com o próprio planejamento pessoal.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
ENCONTRO	TEMAS
1º DIA (6h)	<p>1. O que você já sabe? têm como objetivo promover uma tomada de consciência do aluno acerca de suas práticas financeiras atuais e estimulá-lo a acionar seus conhecimentos prévios com relação aos conteúdos formais a serem apresentados ao longo do curso;</p> <p>2. A necessidade de se fazer um orçamento para permitir maior controle sobre a vida financeira, de forma mais sistemática, apresentando o primeiro passo do orçamento, que é o do registro das despesas diárias de acordo com certas categorias: despesas fixas, variáveis e eventuais (ou extraordinárias).</p> <p>3. Noções de hierarquia de despesas, planejamento, adaptação a mudanças a partir dos conhecimentos adquiridos, categorização de despesas, peso relativo das categorias no orçamento familiar, análise da importância das despesas familiares;</p>
2º DIA (6h)	<p>1. Orçamento como instrumento para se ter maior controle sobre a vida financeira: análise orçamentária por meio da análise dos desperdícios</p> <p>2. Conceitos básicos relativos a taxas de juros: custos dos empréstimos e dos retornos dos investimentos</p> <p>3. Cartão de Crédito: uso consciente e responsável, reflexão sobre faturas de cartão de crédito, construindo relações entre o uso do cartão e a situação financeira de quem o utiliza.</p> <p>4. A importância do planejamento, da elaboração de orçamento, da</p>

	<p>estimativa de despesas e da formação de provisão e reserva;</p> <p>5. Planejamento de Vida: metas e planos para curto, médio e longo prazo. Preparação para a aposentadoria.</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<p>Aulas expositivas e participativas com elaboração de questões para fixar o conteúdo, utilização de casos práticos e um questionário final analisando todos os assuntos abordados</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>CERBASI, Gustavo. Como organizar sua vida financeira. Elsevier Brasil, 2009.</p> <p>KIYOSAKI, Robert T. Pai Rico, Pai Pobre-Edição de 20 anos atualizada e ampliada: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. Alta Books Editora, 2018.</p>
BIBLIOGRAFICA COMPLEMENTAR	<p>CLASON, George S. O homem mais rico da Babilônia. Ediouro, 1997.</p> <p>DOMINGOS, Reinaldo. Terapia Financeira. Terapia Financeira-Finanças, 2008.</p> <p>GRAHAM, Benjamin. O investidor inteligente. HarperCollins Brasil, 2016.</p>

Apêndice II – Instrumento de coleta de dados

Marque conforme o seu comportamento e modo de pensar, de acordo com a escala ao lado:	Discordo Muito	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Muito
1 Me preocupo em gerenciar melhor meu dinheiro.					
2 Anoto e controlo todas as minhas despesas pessoais					
3 Defino metas financeiras					
4 Sigo um orçamento ou um plano de despesas semanal ou mensal.					
5 Fico mais de um mês sem controlar meus gastos.					
6 Estou satisfeito com meu próprio jeito de controlar minhas finanças.					
7 Pago minhas contas sem demora.					
8 Sou capaz de identificar os custos do que compro no cartão de crédito					
9 Uso cartões de crédito porque não há dinheiro disponível para cobrir algumas despesas.					
10 Ao comprar com crédito, faço uma comparação entre as opções de crédito disponíveis					
11 Mais de 10% da minha renda do próximo mês está comprometido com compras a crédito (exceto financiamento de imóvel e carro).					
12 Pago completamente a fatura do cartão de crédito para evitar cobranças financeiras (juros e multas).					
13 Verifico as faturas do cartão de crédito para examinar erros e cobranças não autorizadas.					
Marque conforme o seu comportamento e modo de pensar, de acordo com a escala ao lado:	Discordo Muito	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Muito
14 Economizo dinheiro todos os meses.					
15 Economizo para comprar produtos mais caros					
16 Tenho uma reserva financeira maior ou igual a três vezes a renda mensal que pode ser usada em casos inesperados					
17 Comparo os preços ao comprar algo.					
18 Analiso minhas finanças pessoais em profundidade antes					

de fazer qualquer compra importante.					
19 Compro impulsivamente.					
20 Prefiro comprar algo parcelado do que economizar e comprá-lo em dinheiro.					
Marque conforme o seu comportamento e modo de pensar, de acordo com a escala ao lado:	Discordo Muito	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Muito
21 Gasto uma grande quantia de dinheiro na loteria.					
22 Aceito ser fiador de alguém.					
23 Gasto dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências.					
24 Invisto em negócios com grandes chances de não funcionar bem. (Sem pesquisa, só acreditando...)					
25 Empristo uma grande proporção do dinheiro da renda pessoal a um amigo ou parente.					
Como você se sentiria caso estivesse com graves problemas financeiros:	Discordo Muito	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Muito
26 Eu me sentiria envergonhado ...caso estivesse com graves problemas financeiros					
27 Eu me sentiria nervoso.					
28 Eu me sentiria deprimido.					
29 Meu sono seria afetado.					
30 Meus hábitos alimentares seriam afetados.					
31 Eu beberia mais do que o habitual.					
32 Eu fumaria mais do que o habitual.					
33 Minha relação familiar sofreria.					
34 Minhas relações com os amigos seriam prejudicadas.					
35 Minha renda profissional diminuiria.					
36 O desempenho educacional seria afetado.					
Marque conforme o seu comportamento e modo de pensar, de acordo com a escala ao lado:	Discordo Muito	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Muito
37 Admiro pessoas que possuem casas caras, carros e roupas.					
38 Eu gosto de gastar dinheiro em coisas caras.					
39 Minha vida seria muito melhor se eu tivesse coisas que realmente não tenho.					
40 Comprar me dá prazer.					

41 Eu ficaria mais feliz se pudesse comprar mais coisas.					
42 Eu gosto de possuir coisas para impressionar outras pessoas.					
43 Eu gosto de ter muito luxo na minha vida.					
44 Incomoda-me quando não posso comprar tudo o que quero.					
45 Gastar muito dinheiro está entre as coisas mais importantes da minha vida.					
Marque conforme o seu comportamento e modo de pensar, de acordo com a escala ao lado:	Discordo Muito	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Muito
46 Não é correto gastar mais dinheiro do que eu ganho.					
47 É melhor juntar dinheiro primeiro e depois gastá-lo.					
48 Sei exatamente quanto devo nas lojas, nos cartões de crédito ou no banco.					
49 Eu acho que é normal que as pessoas estejam em dívida para pagar suas contas. (Não seria adquirir bens)					
50 Prefiro comprar parcelado do que esperar para reunir dinheiro para comprar em dinheiro.					
51 É importante saber como controlar as despesas em minha casa.					
52 Prefiro pagar parcelado mesmo que o total seja mais caro.					
53 As pessoas ficariam decepcionadas comigo se soubessem que eu tenho uma dívida.					
54 Não há problema em ter uma dívida se eu sei que posso pagar.					
Marque conforme o seu comportamento e modo de pensar, de acordo com a escala ao lado:	Discordo Muito	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Muito
55 Dinheiro me ajuda a ser feliz.					
56 Quem possui dinheiro possui mais autoridade sobre os outros.					
57 O dinheiro gera suspeitas entre as pessoas.					
58 Recompensas espirituais são mais importantes do que dinheiro.					
59 Dinheiro causa angústia.					
60 O dinheiro constrói um lugar melhor.					
61 Quem tem dinheiro é valorizado socialmente.					
62 Investiria dinheiro em pesquisa científica.					

63 Serei completamente realizado quando chegar à situação que me propus.					
--	--	--	--	--	--